

CENSO SUAS

GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENSO SUAS

**Gestão Estadual e Municipal
Estado de São Paulo**

**SEDS
2017**



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Governador do Estado de São Paulo

Geraldo Alckmin

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Floriano Pesaro

Secretário Adjunta

Marina Amadeu Batista Bragante

Chefe de Gabinete

Mendy Tal

Coordenador de Gestão Estratégica

João Rafael Calvo da Silva

Edição 2016

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL

João Rafael Calvo da Silva

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Márcia Lima Bandeira

CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO E ELABORAÇÃO DO TEXTO

Grupo de Monitoramento e Avaliação

Márcia Lima Bandeira (Diretora Técnica)

Itagira de Sena Pires

Milton de Freitas Nunes

Priscila de Souza

Thaís Ferraz Pinto (Estagiária)

Contato pelo e-mail: infosocial@sp.gov.br

VALIDAÇÃO TÉCNICA

Grupo Estadual de Gestão do SUAS

João Jorge Der Filho

César Augusto Silva de Souza

Guilherme Guimarães Pallerosi

Naiara Carneiro Teixeira

COMUNICAÇÃO

Denise M. Valsechi Púlici (divulgação)

Gustavo Costa Palladini (arte da capa)

S241a São Paulo (*Estado*). *Secretaria de Desenvolvimento Social*.

Censo SUAS: Gestão Estadual e Municipal – Estado de São Paulo 2015 [recurso eletrônico] / Secretaria de Desenvolvimento Social. -- São Paulo : Secretaria de Desenvolvimento Social, 2017.

115 p.: gráfs., tabs.

Formato: Adobe Acrobat Document (pdf.)

Modo de acesso: Internet. -- (Censo SUAS)

ISBN 978-85-7299-025-7 (recurso eletrônico)

1. Políticas Públicas 2. Política de Assistência Social 3. Diagnóstico da Assistência Social 4. Planejamento da Assistência Social 5. Gestão da Assistência Social I. Título. II. Série.

CDU 364.046.4

Claudete Manoel dos Santos (Bibliotecária)

Maria do Carmo Malaquias Rosa (apoio)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
GESTÃO MUNICIPAL	9
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	10
GESTÃO DO SUAS	12
GESTÃO FINANCEIRA	18
GESTÃO DO TRABALHO	19
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	25
GESTÃO DE BENEFÍCIOS.....	30
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	32
BIBLIOGRAFIA	36
GESTÃO ESTADUAL	38
ESTRUTURA ADMINISTRATIVA	38
GESTÃO DO SUAS	39
GESTÃO DO TRABALHO	40
APOIO TÉCNICO	42
GESTÃO FINANCEIRA	43
APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS.....	43
SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS.....	44
REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS	44
BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS	45
VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL.....	45
APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL	46
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB).....	46
BIBLIOGRAFIA	48
ANEXO A – TABELAS GESTÃO MUNICIPAL	50
ANEXO B – TABELAS GESTÃO ESTADUAL	103

APRESENTAÇÃO

A presente publicação traz sistematizadas, informações relevantes sobre as estruturas físicas e de gestão, os recursos humanos e a oferta de serviços e benefícios nos diferentes equipamentos da assistência social presentes no Estado de São Paulo.

A SEDS conduz programas promotores de acesso e defesa de direitos, cofinancia, monitora, orienta, analisa e avalia os resultados obtidos pelos municípios na área de assistência social. Tudo isso sem se distanciar dos referenciais estabelecidos pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS. O Censo SUAS 2015 é instrumento imprescindível para avaliarmos as conquistas, bem como os desafios da Política de Assistência no Estado de São Paulo, sempre com vistas a uma administração sensível às demandas locais e às deliberações dos órgãos de controle social vinculados à Secretaria.

A presente publicação é fundamental para o aprimoramento das ações desenvolvidas no âmbito do sistema único. O Censo nos permite conhecer a realidade, pois resulta da sistematização de ações de monitoramento e acompanhamento dos serviços executados nos 645 municípios paulistas. Traz ainda a estrutura dos órgãos e serviços constitutivos da Política de Assistência Social no Estado de São Paulo. A edição apresenta os seguintes temas: Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centros de Referência da População de Rua (Centro Pop), Acolhimento Institucional, Gestão e Conselhos Municipais e Estadual.

A Coordenadoria de Gestão Estratégica da Secretaria de Desenvolvimento Social, mantém o registro, monitoramento e avaliação das estruturas, recursos e ações de proteção social realizadas pelos municípios e pela própria Secretaria de Desenvolvimento Social.

Aproveito para destacar alguns avanços: aumento de 48% na quantidade de municípios que tiveram técnicos participando de, no mínimo, uma das atividades de orientação e apoio técnico promovidas pelo Estado; qualificação dos funcionários da rede socioassistencial, sendo que 71,6% possuem nível superior; aumento em 26% de unidades com atendimento exclusivo para cumprimento de medidas de Liberdade Assistida e Prestação de serviços à Comunidade.

Quanto aos desafios, precisamos ainda fortalecer os CREAS, garantindo recursos e equipamentos, e, principalmente, aprimorar a Vigilância Socioassistencial no Estado. A divulgação do Censo 2015 é estratégica para o bom uso dos recursos públicos, além de fortalecer a participação social, a democracia e assegurar o direito ao acesso a programas e serviços.

Boa Leitura!

Floriano Pesaro

Secretário de Estado de Desenvolvimento Social

Gestão Municipal

The background features a white upper section with a dark blue horizontal bar at the top. Below this, a yellow and orange geometric pattern of overlapping triangles and polygons is overlaid with a white network of lines and dots, resembling a digital or data visualization theme.

GESTÃO MUNICIPAL

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS/2012) estabelece que a gestão do SUAS fundamenta-se na cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, sendo que as respectivas competências e responsabilidades são organizadas da seguinte maneira: nas que são comuns a todos os entes federados e naquelas que são específicas de cada ente.

As competências específicas de cada ente federado estão previstas na Constituição Federal e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a NOB SUAS (2012) define as responsabilidades que devem ser assumidas na gestão do sistema e na garantia de sua organização, qualidade e resultados na prestação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. A rede socioassistencial é o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante articulação entre todas as unidades de provisão do SUAS.

Dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 639 responderam ao Censo Suas 2015 (aproximadamente 99% do total), representando um aumento de 20 municípios respondentes em comparação ao preenchimento do Censo de 2014 (619 municípios, ou 96% do total). Sendo assim, apenas 6 municípios não responderam ao Censo SUAS 2015, todos estes são de pequeno porte I.

Para a análise quantitativa do Censo SUAS 2015, no Questionário da Gestão Municipal, foi dada ênfase às seguintes responsabilidades dos Municípios, descritas no art. 17 da NOB SUAS 2012:

- Destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social (CMAS);
- Efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;
- Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- Atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;
- Prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da LOAS;
- Cofinanciar o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;
- Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;
- Aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

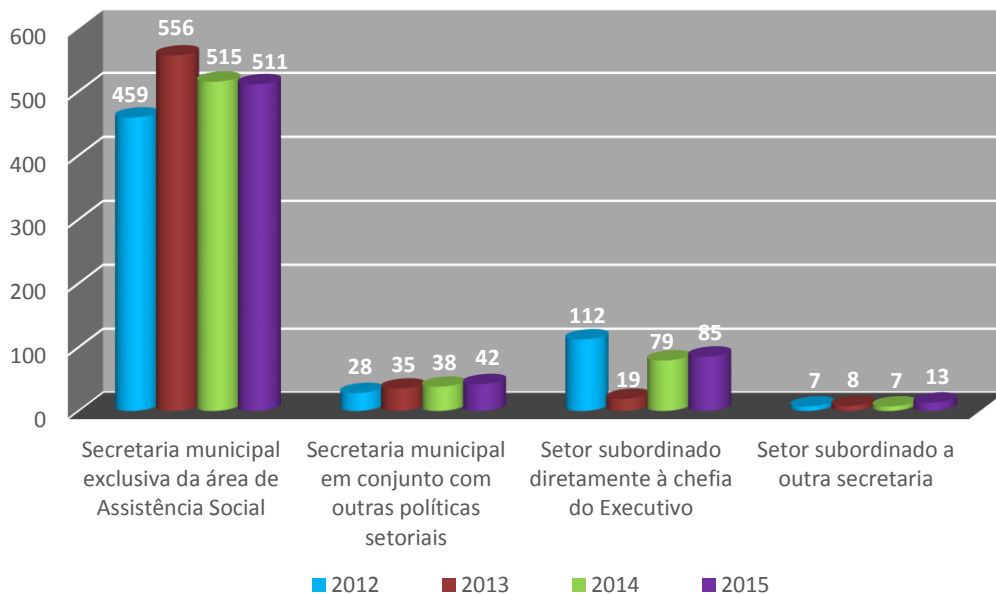
- Organizar a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
- Organizar, coordenar, articular, acompanhar e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial;
- Alimentar o Censo SUAS;
- Assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;
- Participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;
- Realizar a gestão local do BPC, garantindo aos beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;
- Gerir, no âmbito municipal, o Cadastro Único e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836 de 2004;
- Elaborar e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- Prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;
- Zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos Estados, inclusive no que tange a prestação de contas;
- Proceder ao preenchimento do sistema de cadastro de entidades e organizações de assistência social de que trata o inciso XI do art. 19 da LOAS;
- Viabilizar estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades e organizações de acordo com as normativas federais; e
- Normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da LOAS e sua regulamentação em âmbito federal.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

As informações referentes à estrutura administrativa da Política de Assistência Social estão apresentadas no Gráfico 1. Ao comparar os dados do ano de 2013 com os de 2012 é possível verificar um aumento no número de municípios com secretarias exclusivas da área de assistência social, porém em 2014, há queda de 41 municípios (comparada a 2013) e em 2015 a queda foi de 4 municípios. O número de municípios com secretarias em conjunto com outras políticas setoriais aumentou de 38 (2014) para 42 (2015), bem como,

o número de municípios que mantinham a política de assistência social em setor subordinado diretamente a chefia do executivo.

GRÁFICO 1 – CARACTERÍSTICA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012 a 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, agosto de 2013, agosto de 2014 e agosto de 2015.

Para entender a organização da política pública municipal de assistência social, a Tabela 1 apresenta as áreas constituídas como subdivisão administrativa na estrutura formal do órgão gestor. Destaca-se que no Censo SUAS 2015 houve uma diminuição da presença das áreas de Proteção Básica e da Vigilância Socioassistencial, que nos anos anteriores encontravam-se estruturadas de maneira formal.

Também reduziram a área de proteção social especial que estava estruturada de maneira *informal*. Já a gestão financeira e orçamentária se manteve estável entre 2013 e 2015. Nota-se ainda, que a área de gestão do trabalho não está constituída em alguns municípios e chama a atenção o aumento dessa informação de um ano para outro: em 2013 223 municípios não possuíam esta área; em 2014 este número subiu para 239 municípios, número mantido em 2015). Já a área de gestão dos benefícios eventuais apresentou significativa implantação nos municípios, pois em 2014, 142 municípios não possuíam esta área, e em 2015 este número foi reduzido para 96. Isto é, de 2014 para 2015, a área de gestão de benefícios eventuais foi implantada em 46 municípios (41 como estrutura formal e 5 informal).

Vale destacar também, que no Censo de 2015 o item sobre Gestão do Bolsa Família não apareceu desmembrado como nos anos anteriores e portanto a sua pontuação foi incorporada ao resultado do item “Gestão de Benefícios Assistenciais (PBF, Benefícios Eventuais e BPC)” não sendo possível verificar seu crescimento ou decréscimo.

TABELA 1 - ÁREAS CONSTITUÍDAS COMO SUBDIVISÕES ADMINISTRATIVAS (DEPARTAMENTOS, COORDENAÇÕES) NA ESTRUTURA FORMAL DO ÓRGÃO GESTOR, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012 a 2014.

Áreas	Sim, na estrutura formal do órgão gestor			Sim, de maneira informal			Não constituída		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Proteção Social Básica	375	376	363	158	160	162	86	103	114
Proteção Social Especial	276	307	311	172	163	157	171	169	171
Gestão Financeira e Orçamentária	327	336	339	173	173	174	119	130	126
Gestão do Bolsa Família	382	391	N/A	168	173	N/A	69	75	N/A
Gestão de Benefícios Assistenciais (PBF, Benefícios Eventuais e BPC)	309	316	357	173	181	186	137	142	96
Gestão do SUAS	348	366	371	172	179	173	99	94	95
Gestão do Trabalho	215	210	211	181	190	189	223	239	239
Regulação do SUAS	251	252	255	168	178	176	200	209	208
Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação) *	197	206	198	211	210	216	211	223	225

Fonte: MDS, Censo SUAS 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013, agosto de 2014 e agosto de 2015. ***Nota:** A comparação dos dados do ano de 2012 com os demais anos fica prejudicada tendo em vista que à época o questionário do Censo Suas separava as áreas de Vigilância Socioassistencial e Monitoramento e Avaliação em opções específicas, sendo que nos questionários de 2013 e de 2014 as duas áreas foram consideradas numa única opção (Vigilância Socioassistencial). Desta forma, não pode ser desconsiderada a hipótese de que os municípios que possuíam apenas uma das áreas não tenham se sentido contemplados na opção apontada nos Censos de 2013 e de 2014. Por fim, para fins didáticos os dados do Censo 2012 foram considerados conjuntamente na opção “Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação)”.

Em relação à gestão do Cadastro Único para programas sociais (CadÚnico), o Censo SUAS de 2015 mostra que dos 639 municípios respondentes, 630 (98,6%) informaram que o responsável por essa atribuição é o órgão gestor de assistência social, mesmo valor registrado no ano de 2014 não tendo alteração significativa nesta informação.

GESTÃO DO SUAS

Uma importante ferramenta para a organização da gestão municipal do SUAS é a sua regulamentação em Lei Municipal. No Censo SUAS 2014 houve 430 municípios que

informaram ter constituída formal ou informalmente a área de Regulação do SUAS e nos últimos dois anos tiveram 65 municípios que constituíram, formal ou informalmente esta área. Contudo em 2015, 95 municípios informaram que possuíam lei própria de regulamentação do SUAS. Sendo que destes 95, 100% são as 3 metrópoles e 90,8% são os municípios de porte Pequeno II. Comparando, 2014 com 2015, houve um aumento de 19 municípios que regulamentaram as suas próprias leis do Suas.

Quando identificados os períodos nos quais os municípios regulamentaram as suas leis, o período com menos respostas dos municípios foi até 1993, que recebeu apenas duas citações e no Censo de 2014 este dado não se alterou. O maior número de respostas foi no período de 2005 a 2010, citado por 28 municípios, representando um município a mais que no ano anterior. O período recente de 2011 a 2015 foi mencionado também por 28 municípios, ou seja, foram 6 a mais que no Censo SUAS 2014.

O Censo SUAS 2014 acrescentou informação sobre o conteúdo que está previsto na Lei Municipal que regula o SUAS, conforme apresenta a Tabela 2. Chama atenção que o conteúdo de “Especificação e conceituação dos benefícios eventuais”, cuja execução é de competência do município, teve 41 citações (ou 50% dos que responderam possuir lei própria de regulamentação do SUAS), contudo, esse número representa apenas 5,9% do total de municípios do Estado. Os conteúdos com maior presença são “Conceituação da Assistência Social” e as “Diretrizes para organização da Assistência Social”, ambas com 73 citações, ou 71,1%. Os conteúdos com menor presença foram a “Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social” com 37 citações ou 32,9% e outros conteúdos com uma única menção, ou 1,3%.

TABELA 2 - CONTEÚDO PREVISTO NA LEI MUNICIPAL DE REGULAMENTAÇÃO DO SUAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

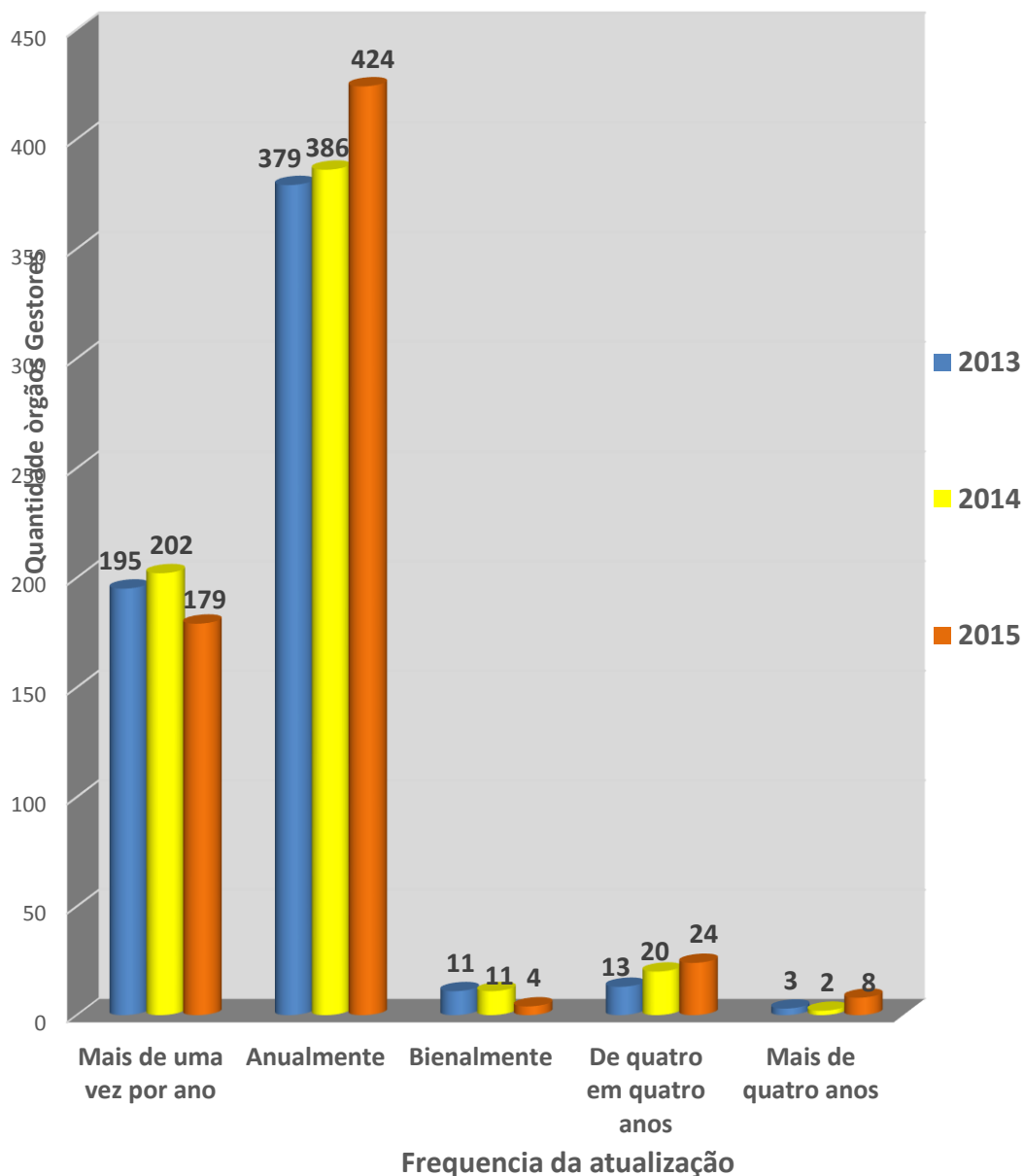
Conteúdo	Quantidade	%
Conceituação da Assistência Social	73	76,8%
Princípios pelos quais a Assistência Social é regida	71	74,7%
Diretrizes para organização da Assistência Social	73	76,8%
Organização da assistência social por níveis de Proteção Social	65	68,4%
Conceituação e objetivos do SUAS	53	55,8%
Público destinatário do SUAS	53	55,8%
Previsão do financiamento dos serviços	55	57,9%
Previsão do financiamento dos programas e projetos	55	57,9%
Previsão do financiamento dos benefícios socioassistenciais	45	47,4%
Especificação do órgão da Administração Pública responsável pela coordenação da Política de Assistência Social	59	62,1%
Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social	37	38,9%
Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS	50	52,6%
Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais	49	51,6%
Especificação e conceituação dos benefícios eventuais	41	43,2%
Criação do Conselho Municipal de Assistência Social	68	71,6%
Criação do Fundo Municipal de Assistência Social	70	73,7%
Instituição do Plano Municipal de Assistência Social	54	56,8%
Outros	1	1,1%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

O Plano Municipal de Assistência Social (PMAS) é um importante instrumento de planejamento do gestor municipal, organizando, entre outros, o cofinanciamento da rede socioassistencial, conforme art. 30 da Loas. A existência do PMAS e a sua atualização foi identificada pelos 639 municípios respondentes com destaque para 424 (ou 66,4% do total), que informaram fazer a atualização do Plano anualmente.

Esta frequência está demonstrada no Gráfico 2, nota-se que de 2014 para 2015 houve um aumento de 38 municípios que realizaram a atualização anual. No entanto, embora a periodicidade anual continue se destacando pela maior quantidade de municípios, percebe-se um decréscimo na atualização por mais de uma vez ao ano, de 202 para 175 em 2015.

GRÁFICO 2 – FREQUÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PMAS), ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

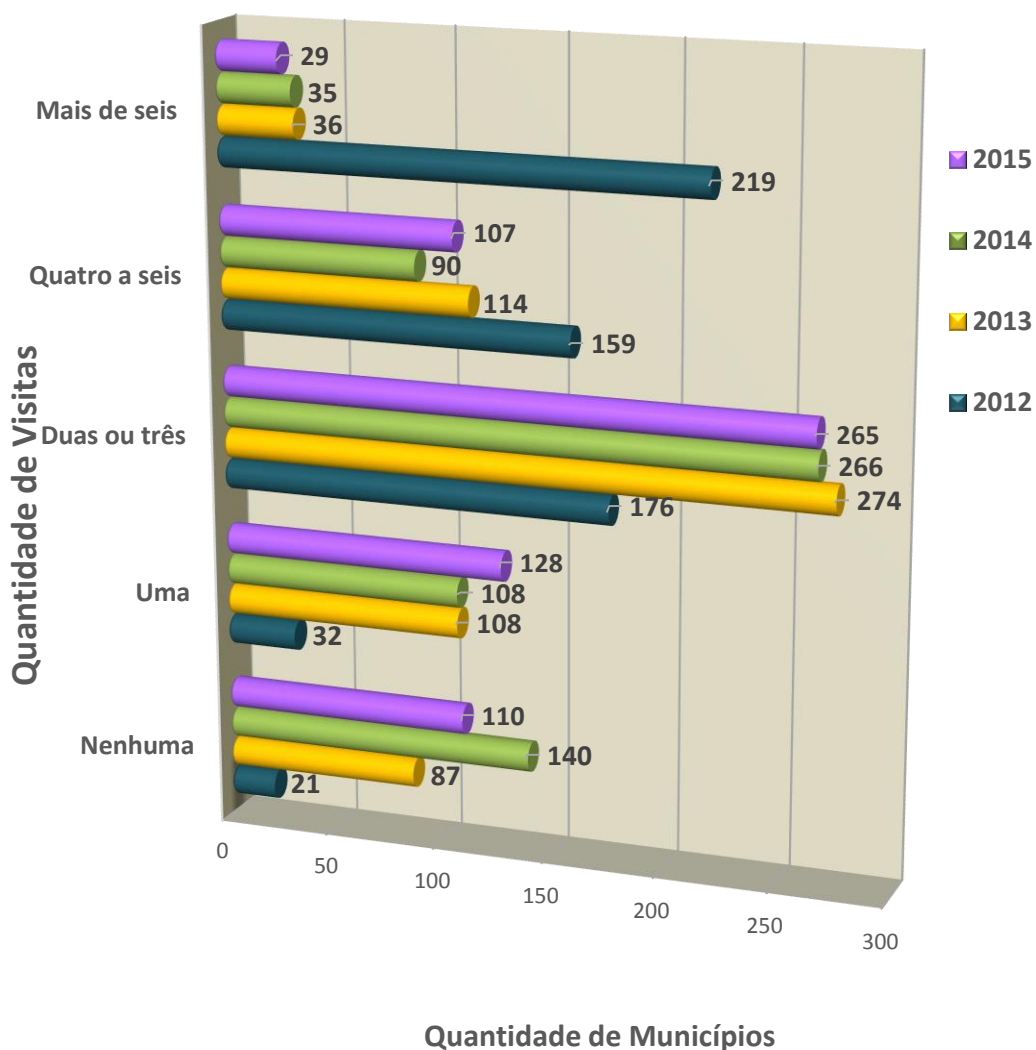


Fonte: MDS, Censo SUAS 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013, 2014 e 2015.

Com relação à realização de visitas por técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social aos municípios (Gráfico 3), verificamos que, dos 639 municípios que responderam ao Censo 2015, 529 (78,1%) foram visitados pela Secretaria Estadual. Comparando com o ano anterior, ocorreu um aumento de 30 municípios visitados.

Assim como no ano anterior, a maior parte dos municípios informaram que receberam 2 ou 3 visitas de técnicos da gestão estadual. Chama a atenção que, nos últimos três anos o número de municípios que declararam não terem sido visitados passou de 87 para 110.

GRÁFICO 3 – QUANTIDADE DE VISITAS REALIZADAS POR TÉCNICOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS MUNICÍPIOS NOS ÚLTIMOS 12 MESES, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, 2013, 2014 e 2015.

Os temas trabalhados nas visitas realizadas pelos técnicos da Secretaria Estadual de Assistência Social estão demonstrados na Tabela 3. O tema mais mencionado foi “a adequação da implantação dos serviços socioassistenciais” (295 municípios), mesmo

havendo diminuição de 2 municípios em relação ao ano anterior. Dentre os temas propostos, os que tiveram menor incidência, foram: “Adequação da Legislação municipal” mencionado por 77 municípios, “Regulamentação dos benefícios eventuais” que foi mencionado por 89 municípios e “Gestão de benefícios eventuais”, mencionado por 98 municípios. O tema “Adequação da Legislação municipal”, que apareceu pela primeira vez em 2014, em comparação ao Censo de 2015 teve um acréscimo de 5 municípios respondentes.

TABELA 3 - TEMAS SOBRE OS QUAIS O MUNICÍPIO RECEBEU ORIENTAÇÕES E APOIO TÉCNICO NAS VISITAS DOS TÉCNICOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

Temas	2012	2013	2014	2015
Regulamentação dos benefícios eventuais	86	88	73	89
Gestão de benefícios eventuais	95	106	73	98
Adequação da Legislação municipal	NA	NA	73	77
Implantação da Vigilância Socioassistencial	92	104	98	104
Prioridades e Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal	NA	NA	105	184
Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	169	146	113	114
Gestão do trabalho	122	168	127	150
Utilização do Prontuário SUAS	NA	139	136	169
Elaboração de Relatório de Gestão	191	172	137	167
Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	154	154	146	169
Fortalecimento do Conselho Municipal	172	166	151	174
Integração dos serviços e benefícios	185	197	153	166
Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	183	186	164	189
Outros	224	212	164	196
Metodologias de trabalho social com famílias	189	187	167	196
Gestão do Programa Bolsa Família	177	174	170	175
Metodologias de monitoramento e avaliação	261	215	181	183
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	269	246	199	218
Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.).	240	254	227	231
Fortalecimento da intersectorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social	267	272	228	241
Gestão dos serviços socioassistenciais	291	271	266	283
Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	326	303	293	295

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, 2013, 2014 e 2015. **Nota:** “NA” significa “não se aplica”, tendo em vista a informação não existir nos Censo Suas de 2012 e 2013.

O Censo SUAS identifica também a participação dos técnicos ou gestores municipais da assistência social em atividades de orientação e apoio técnico promovido pelo Estado. No ano de 2015, 624 municípios, ou 97,7% dos que responderam ao Censo, participaram de pelo menos uma dessas atividades, e, destes, 429 municípios (67,1% dos que responderam ao Censo) participaram de pelo menos uma e até seis atividades; 195 municípios (ou 30,5% do total) participaram de mais de seis atividades. Comparando com o ano de 2014, os dados aumentaram em relação aos municípios que participaram de pelo menos uma e até seis atividades (eram 422 ou 66% do total), mas diminuíram em relação àqueles que participaram de mais de seis atividades (eram 209 ou 32,7% do total).

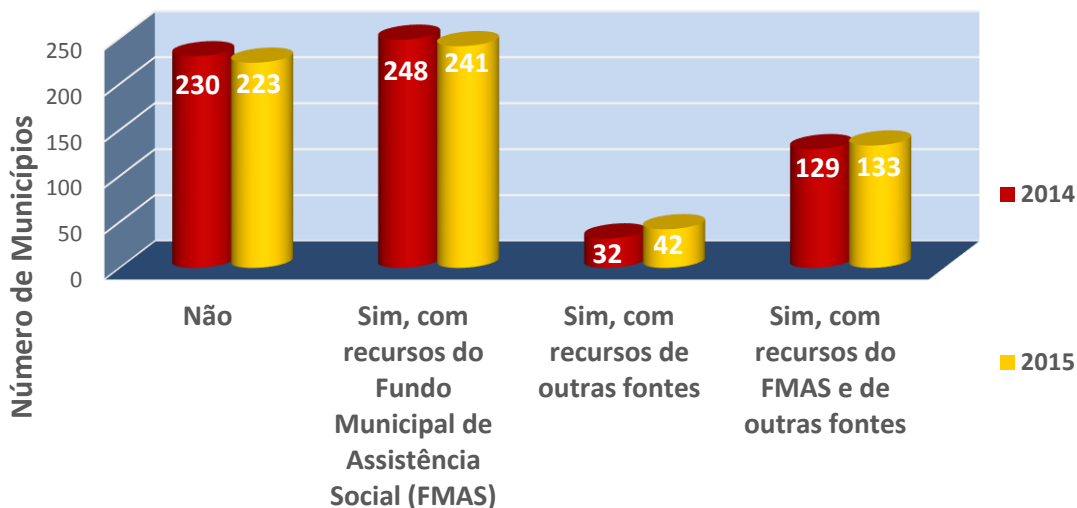
GESTÃO FINANCEIRA

O orçamento e os fundos da assistência social, conforme o artigo 44 da NOB/SUAS 2012, são instrumentos da gestão financeira e orçamentária do SUAS. Também na NOB/SUAS 2012, o artigo 48 diz que as receitas e as despesas executadas e relativas ao conjunto de ações, serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social devem ser alocadas nos Fundos de Assistência Social.

A implantação dos Fundos Municipais de Assistência Social (FMAS) é condição para o recebimento de recursos financeiros e a adesão ao SUAS. O Censo Suas 2015 indica que todos os 639 municípios que responderam ao Censo SUAS possuíam o FMAS implantado, e 68% informaram que os contadores responsáveis pelas contas são diretamente vinculados à Prefeitura. Apenas 2,5% dos municípios possuem contadores contratados por assessoria externa privada ou não possuem contadores responsáveis por essa função.

A transferência de recursos municipais por convênios para as Organizações de Assistência Social está demonstrada no Gráfico 4. Destaca-se que no ano de 2014, em termos percentuais, houve um ligeiro decréscimo de municípios que não fizeram transferências de recursos financeiros para as Organizações Sociais, de 36,0% para 34,9% em 2015. Porém, em números absolutos, houve acréscimo tanto para as transferências com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social como para as transferências de recursos de outras fontes.

GRÁFICO 4 – QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS QUE REALIZARAM TRANSFERENCIA DE RECURSOS POR CONVENIO PARA ORGANIZAÇÕES DE ASSISTENCIA SOCIAL, EM 2015.



Modalidade de Recebimentos

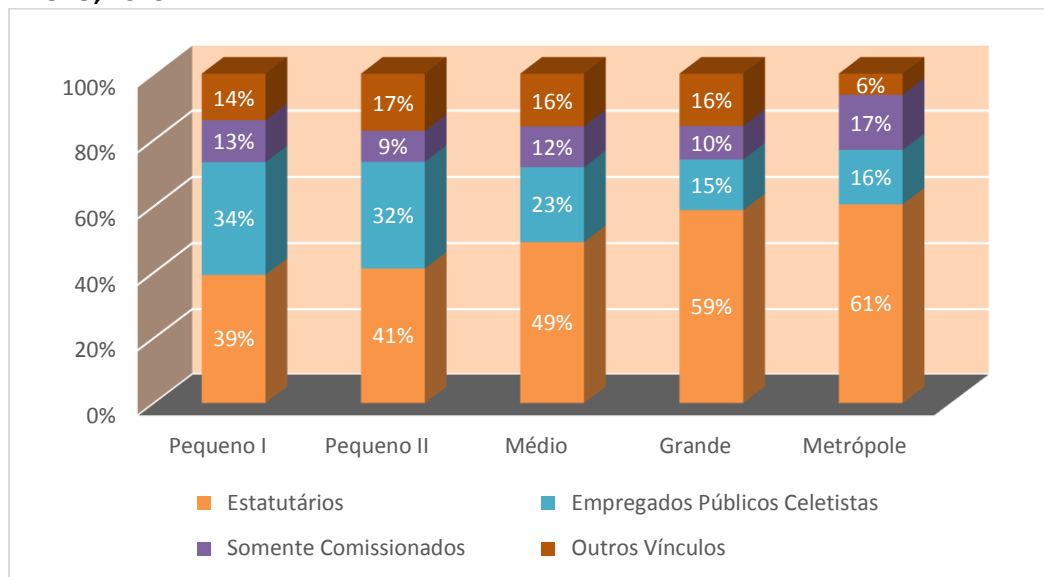
Fonte: MDS, Censo SUAS 2015. Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2015.

GESTÃO DO TRABALHO

Nos termos do artigo 109, da NOB/SUAS 2012, a gestão do trabalho no SUAS compreende o planejamento, a organização e a execução das ações relativas à valorização do trabalhador e à estruturação do processo de trabalho institucional.

De acordo com os municípios que responderam ao Censo em 2015, no Estado de São Paulo existem 27.054 trabalhadores lotados nos Órgãos Gestores Municipais da Assistência Social, já incluindo os trabalhadores das unidades públicas que ofertam os serviços socioassistenciais. Porém esse valor demonstra uma diminuição de 6,4% em relação ao ano anterior, uma redução de aproximadamente 1.869 trabalhadores. Destaca-se que do total de trabalhadores lotados nos Órgãos Gestores Municipais da Assistência Social, 51% possuem o vínculo de estatutários. No gráfico abaixo é possível verificar os dados citados, apresentados por porte.

GRÁFICO 5 - TRABALHADORES LOTADOS NA SEDE DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES PÚBLICAS, POR TIPO DE VÍNCULO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

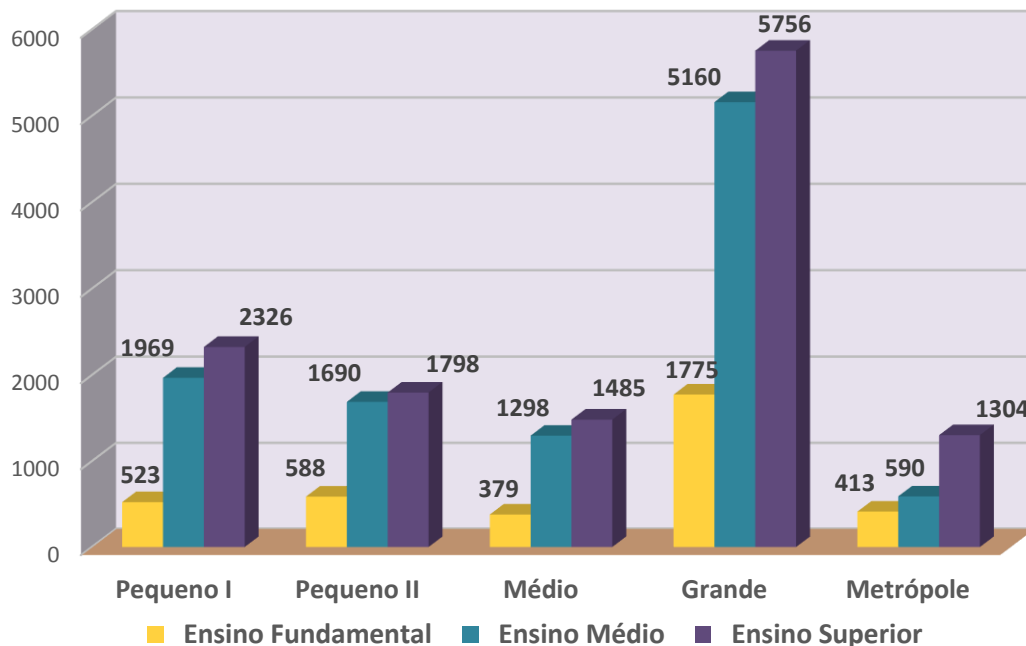


Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

Destacam-se ainda que o número total de trabalhadores estatutários é maior que o número total de trabalhadores tanto da categoria de público celetista, quanto da categoria de comissionados e/ou outros vínculos.

No Gráfico 6, nota-se que em todos os portes o maior número de trabalhadores no Órgão Gestor Municipal e nas Unidades Públicas são os com ensino superior, seguidos pelos trabalhadores de ensino médio. Em menor proporção, encontram-se os trabalhadores de ensino fundamental.

GRÁFICO 6 - TRABALHADORES LOTADOS NA SEDE DO ÓRGÃO GESTOR MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E NAS UNIDADES PÚBLICAS, POR TIPO DE ESCOLARIDADE, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

O número de trabalhadores com formação em nível superior nas Secretarias municipais de Assistência social (incluindo os que estão nos serviços) supera, em todos os portes, o número de trabalhadores com formação em nível fundamental e os com nível médio. Os trabalhadores com formação em ensino fundamental aparecem em menor quantidade em todas as categorias de vínculos. Com relação ao vínculo, é importante notar que os estatutários se apresentam em maioria.

As equipes de referência das categorias profissionais de nível superior foram definidas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS, aprovada por meio da Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.

No Censo SUAS 2015 essas categorias profissionais foram identificadas em 8.931 trabalhadores. Ao comparar o total do número de trabalhadores com o ano anterior, observamos um decréscimo em números absolutos de 519 pessoas. Em termos percentuais, o número de trabalhadores de nível superior reduziu de 75% em 2014 para 70% em 2015 (Tabela 4).

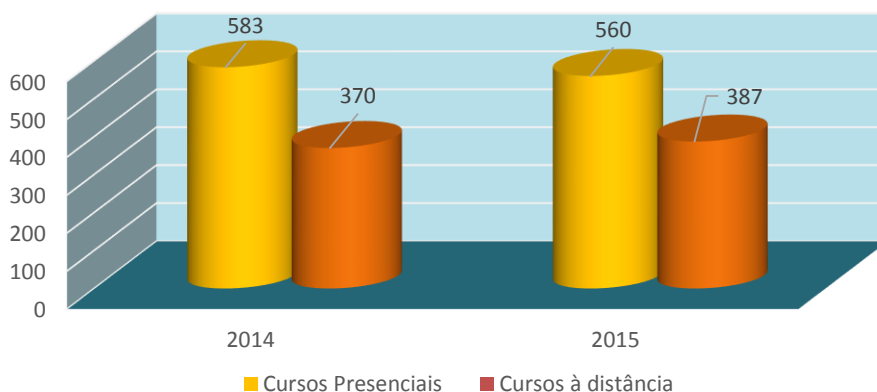
TABELA 4 – TOTAL DE TRABALHADORES DE NÍVEL SUPERIOR IDENTIFICADOS POR ÁREAS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2012, 2013, 2014 e 2015.

Profissão	Ano			
	2012	2013	2014	2015
Assistente Social	5.073	5.105	5.480	4968
Psicólogo (a)	1.779	1.829	2.036	1.949
Pedagogo (a)	1.155	1.058	974	1034
Advogado (a)	350	337	325	318
Antropólogo (a)	2	2	2	8
Sociólogo (a)	57	58	53	50
Terapeuta Ocupacional	53	57	79	61
Contador (a)	78	95	96	111
Economista	28	33	34	27
Administrador (a)	407	359	351	390
Economista Doméstico	5	32	4	2
Estatístico	NA	3	2	1
Musicoterapeuta	NA	10	14	12
TOTAL	8987	8978	9450	8931
Percentual do total de trabalhadores de nível superior	79%	75%	75%	70%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2012, 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2012, agosto de 2013, agosto de 2014 e agosto de 2015. **Nota:** “NA” significa “não se aplica”, tendo em vista a informação não existir no Censo Suas 2012.

O número de municípios cujos trabalhadores tiveram acesso à capacitação presencial também diminuiu em relação ao ano anterior: foram 560 neste Censo SUAS (ou 87,6% do total), contra 583 no Censo de 2014 (equivalendo a 91,2% do total). O mesmo não foi verificado em relação ao número de municípios cujos trabalhadores tiveram acesso a capacitação à distância: em 2015, foram 387 (60,6%), sendo que, no ano anterior foram 370 municípios (57,9%), ou seja, um aumento de 17 municípios (Gráfico 7).

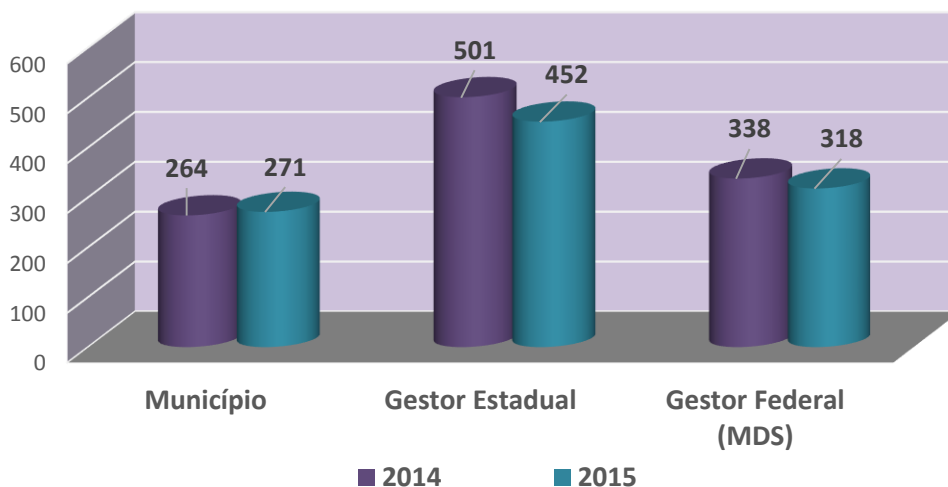
GRÁFICO 7: REALIZAÇÃO DE CURSOS PRESENCIAIS E A DISTANCIA DE CAPACITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014 E 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014 e agosto de 2015.

A oferta ou promoção das capacitações presenciais para os trabalhadores da Assistência Social dos municípios está identificada no Gráfico 8. Nota-se que o Órgão Gestor Estadual aparece com maior promoção de cursos diminuindo a oferta de um ano para outro (de 501 oportunidades no Censo Suas 2014, para 452 oportunidades no Censo Suas 2015). Para os demais entes federados a oferta ou promoção de capacitações presenciais aumentou nos municípios e diminuiu no Gestor Federal em relação ao Censo SUAS do ano anterior.

GRÁFICO 8: REALIZAÇÃO DE CURSOS PRESENCIAIS DE CAPACITAÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO, POR ENTE (S) FEDERADO (S), ESTADO DE SÃO PAULO, 2014 E 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014 e agosto de 2015.

Na Tabela 5, está demonstrado a temática dos cursos de capacitação oferecido aos trabalhadores da assistência social no estado de São Paulo entre os anos de 2013, 2014 e 2015. Comparando os dados do Censo SUAS de 2015 com os anos anteriores, podemos observar que diminuíram as capacitações em 3 temáticas: “Estrutura, normas e funcionamento do SUAS”, “Gestão do Território” e “Monitoramento e Avaliação”. No entanto, ressalta-se que, apenas a temática “Estrutura, normas e funcionamento do SUAS” teve decréscimo, nos anos de 2013, 2014 e 2015. Os outros dois temas, “Gestão do Território” e “Monitoramento e Avaliação” diminuíram em 2015, quando comparado com o ano de 2013.

Os temas que tiveram maior atenção nas capacitações, de um ano para outro, foram “Cadastro Único de Programas Sociais/CadÚnico” mencionado por 436 municípios, “Bolsa Família” citado por 410 municípios e “Metodologias do trabalho social com famílias” por 336 municípios. Já o tema “Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes” teve um aumento de 2013 para 2014 e diminuiu de 2014 para 2015. “Álcool e Drogas” teve um aumento de 2013 para 2014 (eram 129 para 157 respectivamente) e aumentou em 02 pontos, de 2014 para 2015 (159 municípios). “Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua” dobrou de 2013 para 2014 (de 16 para 32 respectivamente) e se manteve com o mesmo número de 2014 para 2015, sendo mencionado por 32 municípios.

Destaca-se ainda que, o maior percentual dentre todos os temas, apesar da redução de 2014 para 2015, foram as capacitações do CadÚnico, com 436 ou 75% em 2015, 478 ou 79,7% em 2014 e 366 ou 65,8% em 2013.

TABELA 5: ÁREAS TEMÁTICAS DOS CURSOS DE CAPACITAÇÃO REALIZADOS PELOS TRABALHADORES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2013 A 2015.

Áreas/Temas	2013		2014		2015	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Metodologias do trabalho social com famílias	300	54	319	53,2	290	50%
Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	268	48,2	353	58,8	336	58%
Atendimento a situações de violência e violação de direitos	153	27,5	164	27,3	176	30%
Atendimento à População em situação de Rua	54	9,7	78	13	84	14%
Atendimento a Pessoas com Deficiência	44	7,9	51	8,5	100	17%
Medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei	272	48,9	330	55	234	40%
Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes	88	15,8	161	26,8	153	26%
Acolhimento (abrigo) de idosos	24	4,3	34	5,7	47	8%
Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua	16	2,9	32	5,3	32	5%
Estrutura, normas e funcionamento do SUAS	256	46	222	37	200	34%
Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	177	31,8	181	30,2	203	35%
Cadastro Único de Programas Sociais/CadÚnico	366	65,8	478	79,7	436	75%
Bolsa Família	279	50,2	410	68,3	410	70%
Sistemas de Informação do SUAS	146	26,3	153	25,5	125	21%
Vigilância Socioassistencial	130	23,4	135	22,5	131	23%
Monitoramento e Avaliação	127	22,8	107	17,8	126	22%
Gestão do Território	90	16,2	47	7,8	64	11%
Álcool e Drogas	129	23,2	157	26,2	159	27%
Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública	0	0	19	3,2	16	3%
Outras	75	13,5	50	8,3	39	7%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2013, 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2013, 2014 e 2015.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Neste ano o Censo opta por sintetizar o levantamento de serviços ofertados pelos municípios, além de unificar o levantamento de serviços das proteções Básica e Especial. Desta forma, inicia o bloco elencando os serviços constantes da Tabela 6, onde é possível

destacar que: dos municípios que ofertam o Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas, 45,5% o fazem no CRAS, seguidos por aqueles que ofertam na própria sede do órgão gestor (14,1%), sendo que os que não realizam somam 41,6%; dos municípios que ofertam o Serviço especializado em abordagem social, 25,5% o fazem na própria sede do órgão gestor, seguidos por aqueles que ofertam no CREAS (19,4%), sendo que os que não realizam somam 49,8%; dos municípios que ofertam o Serviço especializado para pessoas em situação de rua, 17,1% o fazem no CREAS, seguidos por aqueles que ofertam na própria sede do órgão gestor (15,8%), sendo que os que não realizam somam 58,7%.

TABELA 6: SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS OFERTADOS PELOS MUNICÍPIOS E RESPECTIVOS LOCAIS DE EXECUÇÃO, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

Serviço	Serviço de proteção social básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas		Serviço especializado em abordagem social		Serviço especializado para pessoas em situação de rua	
	Qtd	%	Qtd	%	Qtd	%
Na própria sede do órgão gestor	90	14,1%	163	25,5%	101	15,8%
No CRAS	291	45,5%	-	-	-	-
No CREAS	-	-	124	19,4%	109	17,1%
No Centro Pop	-	-	35	5,5%	46	7,2%
Em outra unidade pública	27	4,2%	18	2,8%	21	3,3%
Em entidade conveniada	69	10,8%	39	6,1%	41	6,4%
Não realiza	266	41,6%	318	49,8%	375	58,7%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

Em relação às unidades da rede de serviços socioassistenciais que o Censo destaca e que seguem relacionadas na Tabela 7, divididas por unidades públicas e unidades não governamentais, a relativa disparidade nas comparações com os resultados de 2014 não nos permite afastar a possibilidade de que a mudança na forma de levantamento dos dados (alteração das questões, considerando apenas alguns dos serviços e equipamentos investigados no Censo 2014) tenham gerado em alguma medida falhas de entendimento e do próprio preenchimento da questão por parte dos municípios.

TABELA 7: TOTAL DE UNIDADES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS DOS MUNICÍPIOS, POR DESTAQUE DE SERVIÇOS E PROTEÇÕES, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014 e 2015.

Unidades da Rede	Públicas		Não Governamentais Conveniadas		Total	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Outras unidades de proteção social básica	339	1.384	454	2.185	793	3.569
Unidades exclusivas de acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA ou PSC	262	397	114	118	376	515
Outras Unidades de Proteção Social Especial de Média Complexidade	98	374	427	696	525	1.070

Fonte: MDS, Censo SUAS 2014 e 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2014 e 2015. **Nota:** “LA” significa Liberdade Assistida; “PSC” significa Prestação de Serviços à Comunidade.

No tocante a atendimento das questões de violação de direitos, no caso de o município não possuir CREAS, enquanto 225 municípios informaram possuir CREAS, outros 202 disseram que os atendimentos são encaminhados ao CRAS, 148 que os atendimentos são feitos pela equipe de referência da proteção social especial do município, 22 fazem encaminhamentos para entidades conveniadas, 19 para o CREAS do município vizinho e 5 para o CREAS regional a que está vinculado. Além disso, 140 municípios informaram ainda atender de formas diversas que não as relacionadas anteriormente.

Na mesma linha é verificado, em relação aos 414 municípios que informaram não possuir CREAS, como é efetuado o atendimento a adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC. O resultado pode ser visualizado na Tabela 8, cabendo destacar que a grande maioria dos municípios (335 citações) respondeu atender de formas diversas, enquanto que apenas 4 municípios informaram que não atendem.

TABELA 8: COMO O MUNICÍPIO ATENDE ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA, NO CASO DE NÃO POSSUIR CREAS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Encaminha para o CRAS	89	21,5%	325	78,5%
Encaminha para o CREAS de outro município	3	0,7%	411	99,3%
Encaminha para o CREAS Regional ao qual está vinculado	1	0,2%	413	99,8%
Encaminha para alguma entidade conveniada no município	21	5,1%	393	94,9%
Outro	335	80,9%	79	19,1%
Não atende	4	1,0%	410	99,0%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

As ações realizadas pelos municípios para enfrentamento do trabalho infantil estão detalhadas na Tabela 9, e nota-se que a principal ação desenvolvida são “campanhas, mobilização e sensibilização” que são realizadas em 258 ou 40,4% dos municípios. A ação que aparece com menor incidência é a elaboração de estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil com presença em 62 ou 9,7% dos municípios.

TABELA 9: AÇÕES REALIZADAS PELA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO PARA ENFRENTAMENTO DO TRABALHO INFANTIL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

	Sim		Não	
	Quant.	% da linha	Quant.	% da linha
Não realiza	243	38,0%	396	62,0%
Realiza campanhas, mobilização e sensibilização	258	40,4%	381	59,6%
Realiza atividades de abordagem social em espaços públicos	125	19,6%	514	80,4%
Realiza busca ativa de famílias com situação de trabalho infantil para inclusão no CadÚnico	179	28,0%	460	72,0%
Encaminha/inclui crianças e adolescentes em trabalho infantil para os Serviços de Convivência	214	33,5%	425	66,5%
Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para PAIF/CRAS	242	37,9%	397	62,1%
Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para o PAEFI/CREAS	111	17,4%	528	82,6%
Encaminha famílias e indivíduos para a aplicação de medidas protetivas à família	114	17,8%	525	82,2%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de capacitação profissional	92	14,4%	547	85,6%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de inclusão produtiva e/ou geração de trabalho e renda	85	13,3%	554	86,7%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para atendimento em outras políticas públicas	142	22,2%	497	77,8%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para os órgãos de defesa e responsabilização	86	13,5%	553	86,5%
Elabora estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil no município	62	9,7%	577	90,3%
Total de Unidades que Responderam a essa questão	639			

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

Com relação a Proteção Social Especial de Alta complexidade, dos 639 municípios respondentes do Censo Suas, 106 (16,6%) responderam que o órgão gestor da Assistência

Social possui equipe de gestão e 533 municípios (83,4%) disseram não possuir equipe exclusiva.

No Censo Suas 2014, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente, no Estado de São Paulo, estava implantado em 42 municípios ou 8,6% dos que responderam ao Censo. No Censo de 2015, esse serviço aparece como implantado em 60 municípios ou 9,4% e, desses, 52 serviços estão regulamentados por lei municipal. Quanto à gestão do serviço, a maior parte é executada pela Secretaria Municipal de Assistência Social (47 ou 78,3% dos municípios). Além disso, o repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras é viabilizado por 50 municípios.

Outro serviço da proteção social especial é o de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública, e no Estado de São Paulo, de acordo com os dados do Censo Suas 2015, 266 ou 41,6% dos municípios tinham o serviço implantado.

No período de agosto de 2014 a agosto de 2015, 57 ou 8,9% dos municípios informaram que tiveram que abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública. Destes, 46 municípios acolheram em alojamentos provisórios de 0 a 20 pessoas desabrigadas, e 11 municípios atenderam de 21 ou mais pessoas desabrigadas.

A articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil ocorre em 358 ou 56,0% dos municípios, 62 municípios (9,7% do total) não tem articulação e em outros 219 (ou 34,3% do total) não existe órgão municipal de Defesa Civil.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS

Os benefícios da política de assistência social são direitos dos cidadãos que atendem aos critérios da Lei Orgânica de Assistência Social. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um dos principais benefícios e corresponde ao valor de um salário mínimo mensal pago às pessoas idosas (com 65 anos ou mais) que não têm direito à previdência social e/ou às pessoas com deficiência que não podem garantir sua sobrevivência, por conta própria ou com o apoio de sua família.

No Estado de São Paulo, são 605 os municípios que desenvolvem ações relativas ao BPC (94,7% dos que responderam ao Censo SUAS 2015), quantidade de municípios apenas ligeiramente superior à verificada no ano anterior¹.

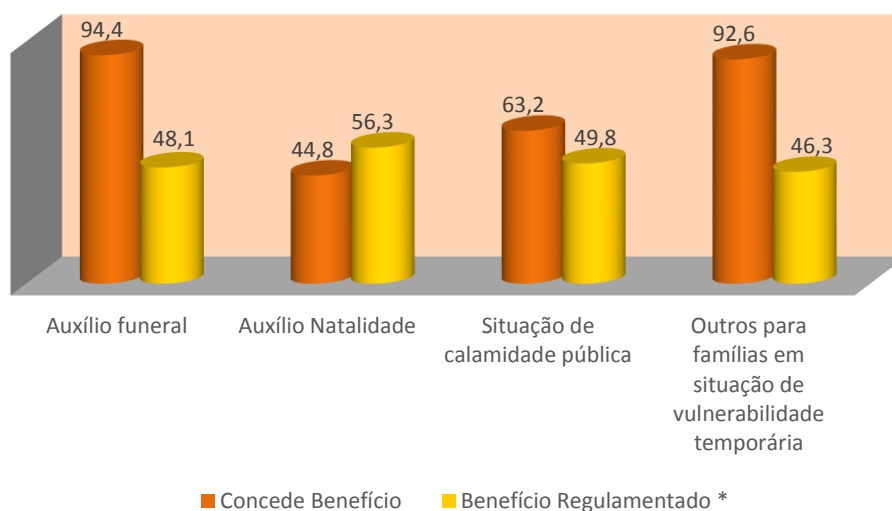
¹ No Censo SUAS de 2014, 603 municípios informaram que desenvolviam ações relativas ao BPC.

As principais ações desenvolvidas para os beneficiários do BPC são²: “Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico”, verificada em 554 municípios ou 91,6% do total (percentual apenas ligeiramente inferior ao verificado no ano anterior, que registrou 93,0% dos municípios) e “Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais”, em 515 municípios ou 85,1% do total (no ano anterior responderam positivamente 537 municípios, ou 89,1% do total).

A menor incidência de ação desenvolvida refere-se à realização de “estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e pessoas com deficiência”, citado por 307 municípios ou 50,7% dos que responderam ao Censo Suas 2015.

O Gráfico 9 demonstra que os benefícios eventuais são concedidos por mais de 44,0% dos respondentes do Censo Suas 2015, mas a sua regulamentação atinge em média cerca de 50,0% dos respondentes que concedem tais benefícios. Chama a atenção que são 603 municípios (ou 94,4% dos respondentes) que concedem o auxílio funeral sendo que, destes, apenas 290 municípios (ou 48,1% dos que o concedem) possuem esse benefício regulamentado.

GRÁFICO 9 – PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS E REGULAMENTADOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

² Necessário aqui observar que as opções “Orientar a população usuária sobre seus direitos e procedimentos para acesso ao BPC” e “Encaminhar possíveis beneficiários ao INSS”, apesar de constantes no questionário não tiveram condições de serem computadas por problemas diversos no processo de preenchimento e posterior conferência dos dados.

Nota *: O cálculo do percentual de municípios que concedem benefícios tomou por base a comparação com o total de municípios que responderam ao Censo SUAS; o cálculo do percentual de municípios que possuem regulamentação dos benefícios tomou por base a comparação com o total de municípios que informaram conceder os benefícios.

Em relação a existência de programas municipais de transferência de renda, foi identificado que 96 municípios, ou 15,0% dos que responderam ao Censo Suas 2015, possuem programas próprios, o que representa 9 municípios a mais que no ano anterior. Desses municípios que possuem programas próprios de transferência de renda, em 88 (ou 91,7% dos que possuem programas) a gestão ocorre por parte do órgão gestor da assistência social, e em 93 (ou 96,9% dos que possuem programas) existe lei municipal de regulamentação.

O número de beneficiários dos programas de transferência de renda (PTR) dos municípios está demonstrado na Tabela 10. Nota-se que a maior concentração é de municípios que possuem até 100 famílias beneficiárias (60 municípios ou 63,2% dos que possuem PTRs). A menor concentração é de municípios que possuem 5.001 ou mais famílias (3 municípios, ou 3,2% dos que responderam à questão).

TABELA 10: QUANTIDADE DE MUNICÍPIOS COM FAMÍLIAS QUE RECEBEM BENEFÍCIOS DE PROGRAMAS MUNICIPAIS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

Total de famílias	Quantidade	%
Até 50	47	49,5
51 a 100	13	13,7
101 a 500	18	18,9
501 a 1.000	7	7,4
1001 a 5.000	7	7,4
5.001 ou mais	3	3,2
Total*	95	100,0

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015. **Nota*:** 1 município assinalou a opção "Não sabe" para esta questão.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

A NOB/SUAS 2012, em seu artigo 87, descreve a Vigilância Socioassistencial como uma das funções da política de assistência social, a qual é realizada por intermédio da produção, sistematização, análise e disseminação de informações territorializadas, tendo o papel de verificar o tipo, o volume e os padrões de qualidade dos serviços ofertados pela rede socioassistencial. Deve tratar das situações de vulnerabilidade e risco que incidem sobre famílias e indivíduos e dos eventos de violação de direitos em determinados territórios.

Em relação à composição da área de Vigilância Socioassistencial, 80 municípios ou 12,5% dos que responderam ao Censo Suas informaram possuir profissionais exclusivamente dedicados a esta área, o que corresponde a 4 municípios a mais que no ano anterior. Os profissionais exclusivos da área de Vigilância Socioassistencial são 233 de nível superior (36 a mais que no ano anterior) e 80 de nível médio (24 a mais que no ano anterior), totalizando 313 profissionais ou 56 a mais que no ano anterior.

Na sequência foi verificada a existência de diagnóstico socioterritorial do município, sendo que 253 municípios (39,6% do total) informaram possuir, enquanto outros 386 (60,4% do total) responderam negativamente. Dos que possuem o diagnóstico, a maioria (188 municípios, ou 74,3% do total) informou que sua atualização ocorreu entre os anos de 2014 e 2015, sendo que os elementos que constituem os diagnósticos podem ser vistos na Tabela 11.

TABELA 11: ELEMENTOS PRESENTES NO DIAGNÓSTICO SOCIOTERRITORIAL DOS MUNICÍPIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

	Sim		Não	
	Quant.	% da linha	Quant.	% da linha
Quantidade de famílias vulneráveis no território	212	83,1	43	16,9
Perfil da população (composição etária, perfil socioeconômico, etc)	225	88,2	30	11,8
Indicadores relativos à demanda da população aos serviços socioassistenciais	180	70,6	75	29,4
Mapeamento das unidades de atendimento socioassistencial	182	71,4	73	28,6
Mapeamento de unidades de outras políticas públicas	147	57,6	108	42,4
Informações sobre o território de abrangência dos CRAS	202	79,2	53	20,8

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015. **Nota:** A soma das colunas “Sim” e “Não” é superior ao total de municípios que informaram possuir diagnóstico tendo em vista que 2 municípios, apesar de informarem não dispor de diagnóstico, responderam “Não” a todas as opções da presente questão.

A realização de levantamento ou pesquisa que aponta o número de pessoas em situação de rua no município foi identificada em 231 municípios ou 36,2% dos que responderam ao Censo SUAS 2015, o que corresponde a 42 municípios a mais que no ano anterior. Esse levantamento ou pesquisa apontou um total de 27.303 pessoas em situação de rua nesses municípios e foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou outra unidade do poder

público municipal em 211 municípios ou 91,3% do total, sendo 43 municípios a mais que no ano anterior. É importante destacar que, a equipe própria do órgão gestor para realização de pesquisas relaciona-se com a área de Vigilância Socioassistencial.

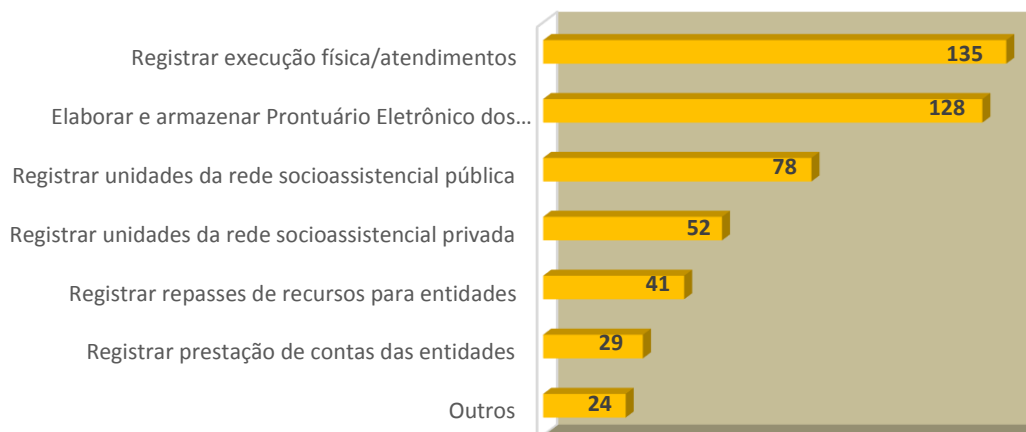
No tocante à questão do órgão gestor possuir levantamento ou pesquisa que aponte a existência de locais de exploração sexual de crianças e adolescentes no município, a maioria dos municípios informou não dispor de tal levantamento (586 municípios, ou 91,7% do total). Dos que responderam positivamente, a maioria realizou o levantamento através da equipe do próprio órgão gestor ou de outra unidade do poder público municipal (em 46 municípios, ou 86,8% dos que responderam à questão). Já em relação a levantamento ou pesquisa sobre a incidência de Trabalho Infantil no município, apesar da maioria dos municípios continuar informando não possuir (528 municípios, ou 82,6% do total), 111 municípios (17,4% do total) informaram possuir tal levantamento e, destes, 79 ou 71,2% dos que responderam à questão informaram ter realizado o levantamento através da equipe do próprio órgão gestor ou de outra unidade do poder público municipal.

Questionados sobre quais as estratégias de busca ativa são realizadas pelo órgão gestor, a maioria dos municípios informou utilizar a elaboração de informações territorializadas (listagens) dos beneficiários do Programa Bolsa Família (para 529 municípios, ou 82,8% do total), seguida pela elaboração de informações territorializadas (listagens) das famílias do CadÚnico (para 514 municípios, ou 80,4% do total) e elaboração de informações territorializadas (listagens) dos beneficiários em situação de descumprimento de condicionalidades (para 510 municípios, ou 79,8% do total). As ações menos citadas foram estratégias de mobilização como distribuição de panfletos, colagem de cartazes, envio de correspondência, utilização de carros de som, entre outros (para 329 municípios, ou 51,5% do total) e outras ações diversas (para 32 municípios, ou 5,0% do total)

Nos últimos 12 meses, os órgãos gestores de 268 municípios, ou 41,9% dos que responderam ao Censo, promoveram reunião/capacitação com os técnicos dos CRAS e CREAS para implantação do Prontuário SUAS, representando um acréscimo de 24 municípios em relação ao ano anterior.

Em relação ao uso de sistema de informação próprio para gerenciar a política de assistência Social, existem 168 municípios que informaram utilizar sistemas próprios (26,3% dos que responderam ao Censo Suas 2015). Dentre as atividades que esses sistemas próprios possuem, a mais citada foi “registrar execução física/atendimentos”, citada por 135 municípios (ou por 78,5% dos que responderam à questão). Já a menor incidência foi com relação a outras funcionalidades, citada por 24 municípios (ou por 14,0% dos que responderam à questão). O Gráfico 10 apresenta as demais respostas levantadas.

GRÁFICO 10: ATIVIDADES PERMITIDAS PELOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PRÓPRIOS DOS MUNICÍPIOS, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

Ao final, o Censo SUAS 2015 verificou se o órgão gestor realiza determinadas atividades de monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial, sendo a mais citada a realização de visitas técnicas à rede socioassistencial, citada por 564 municípios (ou 88,3% do total). As demais respostas podem ser verificadas na tabela 12.

TABELA 12: ATIVIDADES DE MONITORAMENTO DO ÓRGÃO GESTOR EM RELAÇÃO À QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA REDE SOCIOASSISTENCIAL, ESTADO DE SÃO PAULO, 2015.

	Sim		Não	
	Quant.	% da linha	Quant.	% da linha
Realiza visitas técnicas à rede socioassistencial	564	88,3%	75	11,7%
Realiza a gestão/validação das informações prestadas sobre as unidades	561	87,8%	78	12,2%
Possui instrumentos de coleta de dados próprios para levantamento de informações junto aos serviços	256	40,1%	383	59,9%
Produção de Indicadores próprios para aferição volume e qualidade dos serviços socioassistenciais	123	19,2%	516	80,8%

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; **Elaboração:** Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. **Mês de Referência:** agosto de 2015.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Ministério da Previdência Social. Cartilha Conheça Mais Sobre o BPC: um direito garantido pela constituição federal.

_____. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Política Nacional de Assistência Social (PNAS) - Brasília, secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. Ministério de desenvolvimento social e combate à fome. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução 109 de 11 de novembro de 2009 (reimpressão 2014) - Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 17, de 20 de junho de 2011. Brasília, 2011.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993. Texto compilado até a atualização pela Lei n.º 13.014, de 2014.

São Paulo (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. Censo SUAS: Gestão Estadual e Municipal – Estado de São Paulo 2014 - São Paulo, 2015.

Gestão Estadual



GESTÃO ESTADUAL

O Censo Suas referente à Gestão Estadual pretende apresentar as características da gestão do SUAS nesta instância, considerando suas atribuições na definição de prioridades, estratégias e ações do Estado para a implantação e qualificação do Sistema Único de Assistência Social.

A gestão das ações na área de assistência social, de acordo com o artigo 6º da LOAS, está organizada na forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social (Suas) e seus objetivos são: consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva; integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social; estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social; definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais; implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social; estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios; e afiançar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos.

Os dados apresentados pelo Censo Suas sobre a Gestão Estadual estão compostos pelas seguintes dimensões: ESTRUTURA ADMINISTRATIVA, GESTÃO DO SUAS, APOIO TÉCNICO, GESTÃO FINANCEIRA, APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS, REGIONALIZAÇÃO, VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL, APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL, COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB).

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Em âmbito estadual, o Censo SUAS 2015 mapeou as características da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando suas atribuições, estratégias e ações para prestar apoio técnico e financeiro aos municípios.

Com relação à gestão administrativa, o estado de São Paulo possui uma secretaria exclusiva da área de Assistência, com departamentos, coordenações e 26 subdivisões administrativas descentralizadas³. Dentro da estrutura administrativa da Secretaria, é possível encontrar como setores formalmente estabelecidos as áreas de Vigilância Socioassistencial inclusive área de Monitoramento e Avaliação, Gestão do SUAS, e Gestão Financeira e Orçamentária.

³ Denominadas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.

Por outro lado, existem ainda como setores “informais”: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e Gestão do Programa Bolsa Família.

Não foram constituídas formal ou informalmente, como subdivisão administrativa a Gestão dos Benefícios Assistenciais, Gestão do Trabalho e a Regulação do SUAS. E ainda, existe associada à Secretaria, uma Coordenadoria para a Política sobre Drogas.

GESTÃO DO SUAS

No estado de São Paulo existe o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CONSEAS), em 2015. O Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) teve incorporado no seu texto os seguintes itens: Diagnóstico Socioterritorial, Vigilância Socioassistencial, Proteção Social Básica, Proteção Social Especial, Transferência de Renda e Benefícios, Segurança alimentar, Programas Intersectoriais/Intersecretariais, Ações Intersectoriais, Gestão Política de Assistência Social e Gestão da Política de Assistência Social, Pacto de Aprimoramento da Gestão Estadual do SUAS, deliberações das Conferências de Assistência Social, recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários, indicadores de monitoramento e avaliação, estratégias para apoio técnico aos municípios e prazo para sua revisão.

Quanto aos instrumentos da Política de Assistência Social, em âmbito estadual, regulamentados por mecanismo legal por meio de lei estadual destacam-se: o Conselho Estadual de Assistência Social, o Fundo Estadual de Assistência Social, projetos e programas de assistência social e a concessão de isenção fiscal para entidades de assistência social.

Pelo mecanismo de Portarias Estaduais, existem os critérios para repasses e reprogramação dos recursos financeiros para os municípios e entidades sociais.

Vários instrumentos ainda não foram objeto de regulamentação, com destaque para a Política Estadual de Assistência Social (Lei estadual do Suas) e, ainda, os critérios de concessão e prestação de benefícios eventuais, critérios e modalidades de cofinanciamento dos benefícios eventuais e os padrões e parâmetros para a oferta de serviços de assistência social.

GESTÃO DO TRABALHO

Em relação ao número de trabalhadores que compõem a gestão estadual⁴, os que possuem ensino superior são 504 (ou 71,6% do total), sendo que destes, 262 tem vínculo estatutário (aproximadamente 52,0% do total).

QUANTIDADE DE TRABALHADORES LOTADOS NA SEDE DA SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, POR VÍNCULO E ESCOLARIDADE

Formação	Estatutários		Somente Comissionados		Total	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Ensino Fundamental	134	0	0	0	134	0
Ensino Médio	111	145	124	55	235	200
Ensino Superior	244	262	176	242	420	504
Total	489	407	300	297	789	704

Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2015.

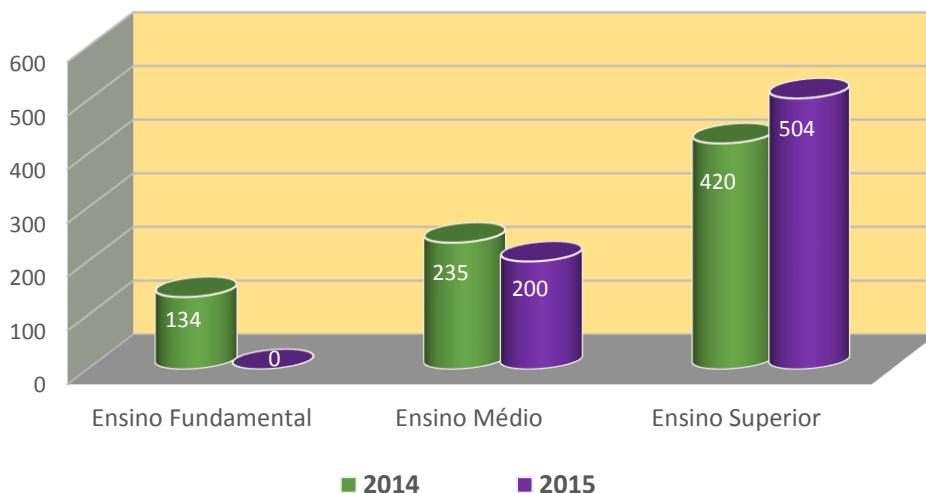
Podemos observar na planilha anterior e no **Gráfico 1** abaixo que os trabalhadores com ensino superior estão em maior número e, por outro lado, aqueles que possuem o ensino fundamental foram praticamente zerados em 2015 na comparação com o período anterior.

De acordo com os dados apresentados em 2015, em comparação aos de 2014, observa-se que houve uma diminuição de servidores em relação ao número total de trabalhadores na gestão estadual naquele período apesar de um aumento do número de 84 trabalhadores (de 2014 para 2015) com formação de nível superior, 66 são de vínculo comissionados, isto é, 78% do total.

Com o objetivo de desprecarizar os vínculos trabalhistas, na gestão do SUAS de acordo com o Pacto de aprimoramento é recomendável que 60% dos trabalhadores de nível superior e médio tenham vínculo estatutário ou celetista.

⁴ Aqui só são considerados, os trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social – SEDS e nas Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social – DRADS.

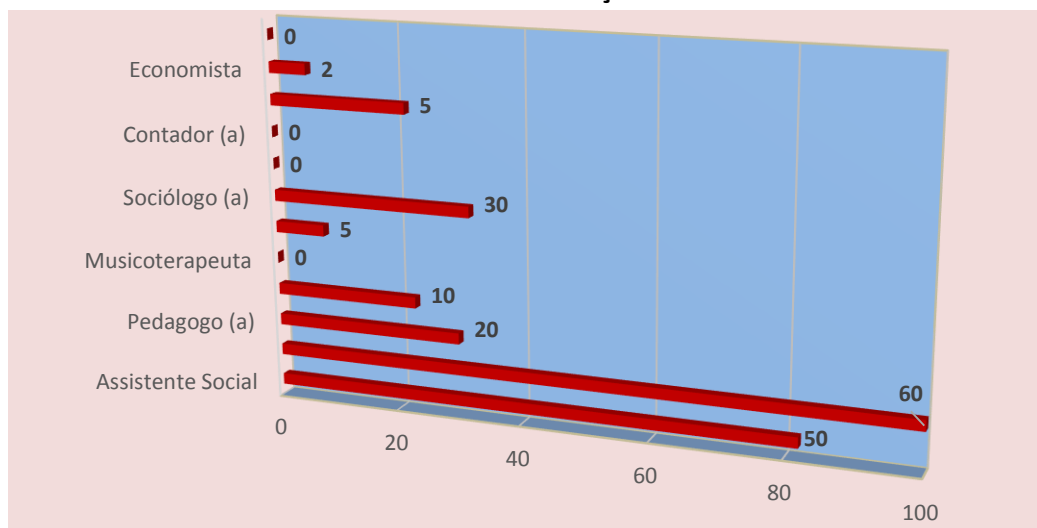
GRÁFICO 1: NÚMERO TOTAL DE TRABALHADORES NO ORGÃO GESTOR ESTADUAL, POR FORMAÇÃO EM 2014 E 2015.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2015.

Dentre os 504 trabalhadores que possuem nível superior, 182 ou 25,8% do total enquadram-se em áreas de formação específicas listadas no Censo SUAS, conforme **Gráfico 2**.

GRÁFICO 2: PROFISSIONAIS POR ÁREA DE FORMAÇÃO



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2015.

Outra informação importante é que nos anos de 2013, 2014 e 2015 a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social não realizou concurso público para contratação de trabalhadores (o último concurso ocorreu em 2007), não possui Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) e também não implantou a mesa de negociação permanente do Suas.

Com relação às capacitações para trabalhadores estaduais, no ano de 2015 os dados obtidos mostram que foram capacitados na modalidade presencial aproximadamente 277 trabalhadores e na modalidade à distância aproximadamente 1.600 trabalhadores. Para os trabalhadores municipais, o gestor estadual promoveu capacitação presencial para 1.107 servidores e na modalidade à distância aproximadamente 16.967 servidores foram capacitados.

APOIO TÉCNICO

Conforme o Censo Suas de 2015, as atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios são feitas de forma planejada incluindo atividades que vão desde a produção e distribuição de material técnico, assessoramento técnico à distância e presencial. Apoia os municípios na elaboração do Plano de Providência para adequação de aspectos relacionados à gestão e serviços socioassistenciais. O assessoramento também perpassa pelo apoio e acompanhamento na execução das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS como as prioridades pactuadas na CIB. De forma presencial ou à distância todos os 645 municípios do estado receberam apoio técnico da Secretaria Estadual de Assistência Social.

Muito frequentemente, os itens abordados durante o apoio técnico realizado pelo estado aos municípios são: elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, integração dos serviços e benefícios, implantação e gestão dos serviços socioassistenciais, gestão do Programa Bolsa Família, apoio para construção do Plano de Providências e monitoramento das ações estratégicas de Erradicação do Trabalho Infantil.

Frequentemente temos os itens: adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.), elaboração de Relatório de Gestão, fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social, fortalecimento do Conselho Municipal, metodologias de trabalho social com famílias, implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), gestão do Cadastro Único de Programas Sociais – CadÚnico, metodologia de monitoramento e avaliação, implantação da Vigilância Socioassistencial, implantação do prontuário SUAS, apoio aos municípios para alcance das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS e ações da assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública.

Raramente os itens apontados foram: gestão do Fundo Municipal de Assistência Social, regulamentação dos benefícios eventuais, gestão de benefícios eventuais e gestão do trabalho. E contrariamente aos anos anteriores, nunca é abordado, apareceu a opção de “outros” temas.

GESTÃO FINANCEIRA

Em relação à gestão financeira, o estado de São Paulo dispõe de Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS, o qual possui CNPJ próprio (como Matriz) e é unidade orçamentária, mas a função de ordenador de despesa não é exercida pelo Secretário estadual e sim por outro funcionário da secretaria.

De acordo com os dados do Censo SUAS, no ano de 2014 a SEDS apresentou bimestralmente ao Conselho Estadual de Assistência Social relatórios de execução física e financeira das ações de assistência social.

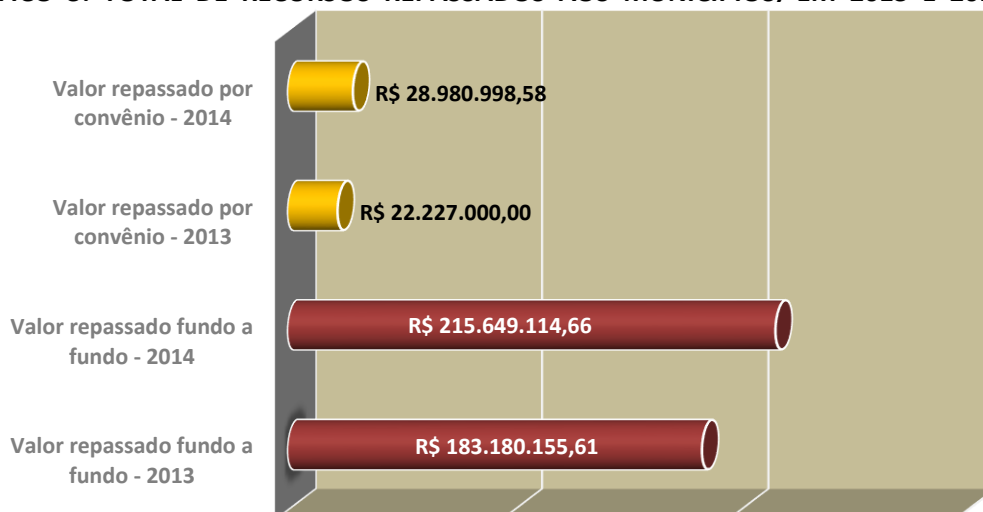
As principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FEAS na gestão estadual são a resistência por parte do administrativo/jurídico para execução dos recursos e a ausência de estrutura física para o FEAS.

APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

Quanto ao apoio financeiro aos municípios, o estado de São Paulo realiza cofinanciamento aos municípios por intermédio de convênios e das transferências fundo-a-fundo. O cofinanciamento é destinado às proteções sociais (Básica, Especial de Média e Especial de Alta Complexidade), mas não inclui os Benefícios Eventuais da assistência social e nem é destinado ao incentivo financeiro para Gestão do SUAS.

Diferentemente de 2014, em 2015, de acordo com Censo Suas, já é permitido a reprogramação do cofinanciamento estadual fundo-a-fundo dos recursos não utilizados no exercício anterior. O repasse dos recursos é feito mensalmente e o cofinanciamento já permite pagamento de recursos humanos. Não houve em 2015 repasse recursos financeiros aos municípios para construção e/ou reforma de unidades da assistência social.

GRÁFICO 3: TOTAL DE RECURSOS REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS, EM 2013 E 2014.



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2015.

SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

A Secretaria Estadual de Assistência Social repassa a 10 entidades de prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial de alta complexidade recursos financeiros via convênio.

Foi identificado que o órgão gestor realizou campanhas de mobilização para o enfrentamento do Trabalho Infantil, nos últimos 12 meses. Além disso, a Secretaria desenvolve ações para o enfrentamento do Trabalho Infantil em parceria com a educação, a saúde, a superintendência regional do trabalho, órgãos públicos da área do trabalho e emprego, sindicatos, cooperativas de trabalhadores rurais, sindicatos, associações de trabalhadores urbanos, entidades patronais, organizações não governamentais de defesa dos direitos das crianças e adolescentes, poder judiciário, ministério público, defensoria pública e conselho tutelar.

REGIONALIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Nesse bloco, as questões tratadas são sobre a oferta dos serviços de Proteção Social Especial (PSE). A secretaria já possui estudo sobre o volume e localização da oferta dos serviços de média e alta complexidade. O levantamento também verificou que existe proposta de regionalização dos serviços de PSE com abrangência em todo o território estadual, respeitando os parâmetros de número de municípios atendidos, distância de

deslocamento, distribuição territorial e geográfica, facilidade de acesso comarcas existentes, capacidade instalada dos potenciais municípios sede e ainda a existência de rede Socioassistencial de referência e contra referência.

A Gestão Estadual ainda informou ao Censo 2014 e 2015 que atualmente não está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social de média e nem de alta complexidade e que existe estudo/diagnóstico sobre a oferta de regionalização desses serviços de PSE.

BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS

O governo estadual não realiza concessão de benefícios eventuais, mas possui dois programas de Transferência de Renda já regulamentados por lei estadual, geridos com recursos próprios, de forma constante e destinados a um público específico. Esses programas estão sob a gestão do Órgão Gestor da Assistência Social e são denominados de “Renda Cidadã” e “Ação Jovem”, sem vínculo com o programa “Bolsa Família” do Governo Federal.

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Segundo o Censo SUAS à Secretaria possui 19 técnicos dedicados exclusivamente às atividades de Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socioassistencial, destes, apenas 1 é especializado em análise de dados quantitativos. Entretanto, ainda não é feito planejamento anual das atividades de monitoramento.

Outro dado capaz de complementar a informação sobre a Vigilância Socioassistencial é o que concerne à disseminação das informações produzidas pelas áreas. Verifica-se que os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados para outros setores da Secretaria, do Governo estadual, técnicos-gestores municipais, Conselhos e Comissão Intergestores Bipartite – CIB, mas não é disseminado para a rede socioassistencial. Trimestralmente os dados consolidados sobre a Assistência Social no Estado de São Paulo são disponibilizados numa publicação denominada de Painel Social. Além disso, anualmente o órgão gestor estadual apoia os municípios no preenchimento do Censo Suas e depois realiza análise desses dados totalizados do estado.

A Secretaria de Desenvolvimento Social utiliza sistemas informatizados para cadastrar e acompanhar os jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e gerenciar a política de assistência social no estado, os quais permitem registrar repasses de recursos, as unidades da rede socioassistencial pública, as unidades da rede socioassistencial privada,

e ainda: monitorar os programas de transferência de renda estaduais, sistematizar as informações dos 645 Planos Municipais de Assistência Social (PMAS web), monitorar o cadastro das entidades beneficentes da área e instituições públicas do estado de São Paulo (sistema Pró Social módulo Instituições), gerirem o orçamento e automatizar a transferência de fundo-a-fundo. Por outro lado, os sistemas da Secretaria ainda não permitem registrar as situações de violação de direitos, prestações de contas e execução física/atendimentos.

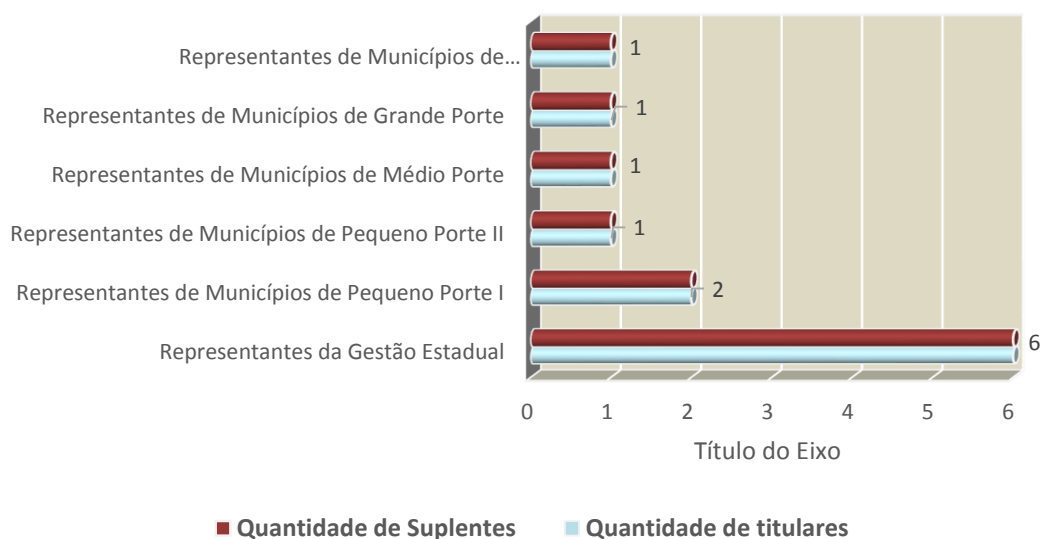
APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

O estado de São Paulo possui Conselho Estadual de Assistência Social com previsão orçamentária de recursos específicos para ele. Além disto, disponibiliza 5 trabalhadores para a Secretaria Executiva, mantém local específico para o seu funcionamento, fornece material de consumo e ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros. Outro dado importante se refere às modalidades de capacitação, à distância e presencial. Os conselheiros estaduais aderiram à modalidade de capacitação à distância já os conselheiros municipais aderiram a modalidade de capacitação presencial e à distância.

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

Os membros que compõem a CIB, entre titulares e suplentes somam o total de 24 representantes, sendo que 6 deles representam o órgão gestor estadual e os demais representam os municípios de acordo com o Porte sendo, 2 para Pequeno I e 1 para cada um dos demais portes: Pequeno II, Médio, Grande e Metrópoles (Gráfico 4). Os representantes são gestores municipais que foram indicados pelo colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social, que em São Paulo é conhecido por Frente Paulista (COEGEMAS).

GRÁFICO 4: COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)



Fonte: MDS, Censo SUAS 2015; Elaboração: Monitoramento e Avaliação, CGE/SEDS. Mês de Referência: agosto de 2015.

De acordo com levantamento do Censo Suas a periodicidade das reuniões da CIB é bimestral. Em 2014 a CIB paulista se reuniu 5 vezes no total, mas no primeiro semestre de 2015 já havia realizado 4 reuniões para pactuar: estratégias de implantação, operacionalização e aprimoramento da Proteção Social Básica e Especial, critérios de partilha e procedimentos para a transferência de recursos, planos de providências além de apoio técnico para a adequação dos CRAS conforme Resolução CIT 21/2013.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução CNAS nº 33 de 12 de dezembro de 2012 - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS).

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Censo SUAS 2014: Gestão Estadual. – Brasília, 2015.

ANEXOS



ANEXO A – TABELAS GESTÃO MUNICIPAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas, com os dados agregados do Censo SUAS 2015 - Questionário Gestão Municipal para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

BLOCO 1 – DADOS GERAIS

Porte SUAS_população 2010

	Quantidade	%
Pequeno I	397	62,1
Pequeno II	120	18,8
Médio	47	7,4
Grande	72	11,3
Metrópole	3	0,5
Total	639	100,0

BLOCO 2 – ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

q1 O órgão gestor da assistência social caracteriza-se como:

	Quantidade	%
Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social	511	80,0
Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais	42	6,6
Fundação Pública	1	0,2
Sector/Coordenadoria/Assessoria subordinado diretamente ao Gabinete do(a) Prefeito(a)	85	13,3
Total	639	100,0

Porte * q1 O órgão gestor da assistência social caracteriza-se como:

	Secretaria municipal exclusiva da área de Assistência Social	Secretaria municipal em conjunto com outras políticas setoriais	Fundação Pública	Setor/Coordenadoria/ Assessoria subordinado diretamente ao Gabinete do(a) Prefeito(a)	Total
Pequeno I	77,6%	4,5%	,3%	17,6%	100,0%
Pequeno II	81,7%	6,7%	0,0%	11,7%	100,0%
Médio	85,1%	12,8%	0,0%	2,1%	100,0%
Grande	87,5%	12,5%	0,0%	0,0%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%

q2 - Secretaria ou setor ao qual a assistência social está associada ou submetida

	Quantidade de respostas	Percentual em relação ao nº de Secretarias que responderam (%)
q2_1 Educação	3	7,1%
q2_2 Planejamento	3	7,1%
q2_3 Saúde	9	21,4%
q2_4 Habitação	7	16,7%
q2_5 Segurança Alimentar	7	16,7%
q2_6 Trabalho e/ou Emprego	9	21,4%
q2_7 Direitos Humanos	4	9,5%
q2_8 Outra	13	31,0%

q2 - Secretaria ou setor ao qual a assistência social está associada ou submetida x Porte

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
q2_1 Educação	11,1%	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%
q2_2 Planejamento	11,1%	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%
q2_3 Saúde	27,8%	37,5%	0,0%	11,1%	0,0%
q2_4 Habitação	11,1%	12,5%	33,3%	22,2%	0,0%
q2_5 Segurança Alimentar	0,0%	0,0%	0,0%	66,7%	100,0%
q2_6 Trabalho e/ou Emprego	11,1%	37,5%	33,3%	22,2%	0,0%
q2_7 Direitos Humanos	0,0%	0,0%	16,7%	22,2%	100,0%
q2_8 Outra	44,4%	37,5%	16,7%	11,1%	0,0%

q3 - Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor

	Sim, na estrutura formal do órgão gestor		Sim, de maneira informal		Não constituída	
	N	%	N	%	N	%
Proteção Social Básica	363	56,8%	162	25,4%	114	17,8%
Proteção Social Especial	311	48,7%	157	24,6%	171	26,8%
Gestão de Benefícios Assistenciais (PBF, BPC, Eventuais)	357	55,9%	186	29,1%	96	15,0%
Gestão do SUAS	371	58,1%	173	27,1%	95	14,9%
Vigilância Socioassistencial/Monit. e avaliação	198	31,0%	216	33,8%	225	35,2%
Gestão do Trabalho	211	33,0%	189	29,6%	239	37,4%
Regulação do SUAS	255	39,9%	176	27,5%	208	32,6%
Gestão Financeira e Orçamentária	339	53,1%	174	27,2%	126	19,7%

Porte * q3 - Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor

	Pequeno I			Pequeno II			Médio			Grande			Metrópole		
	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída	Sim, na estrutura formal do órgão gestor	Sim, de maneira informal	Não constituída
Proteção Social Básica	60,2%	23,4%	16,4%	43,3%	28,3%	28,3%	44,7%	36,2%	19,1%	68,1%	23,6%	8,3%	66,7%	33,3%	0,0%
Proteção Social Especial	47,9%	21,9%	30,2%	40,0%	32,5%	27,5%	44,7%	31,9%	23,4%	69,4%	20,8%	9,7%	66,7%	33,3%	0,0%
Gestão de Benefícios Assistenciais (PBF, BPC, Eventuais)	59,4%	25,4%	15,1%	50,8%	30,8%	18,3%	48,9%	38,3%	12,8%	47,2%	41,7%	11,1%	100,0%	0,0%	0,0%
Gestão do SUAS	65,2%	21,4%	13,4%	46,7%	34,2%	19,2%	46,8%	36,2%	17,0%	44,4%	40,3%	15,3%	66,7%	33,3%	0,0%
Vigilância Socioassistencial/Monitoramento e avaliação	31,5%	31,2%	37,3%	26,7%	31,7%	41,7%	29,8%	40,4%	29,8%	34,7%	47,2%	18,1%	66,7%	33,3%	0,0%
Gestão do Trabalho	37,5%	28,7%	33,8%	27,5%	28,3%	44,2%	19,1%	27,7%	53,2%	25,0%	38,9%	36,1%	66,7%	0,0%	33,3%
Regulação do SUAS	48,4%	26,2%	25,4%	30,8%	26,7%	42,5%	27,7%	25,5%	46,8%	16,7%	37,5%	45,8%	33,3%	33,3%	33,3%
Gestão Financeira e Orçamentária	54,7%	24,9%	20,4%	45,8%	29,2%	25,0%	42,6%	36,2%	21,3%	61,1%	31,9%	6,9%	100,0%	0,0%	0,0%

q4_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar?

	Quantidade	%
Sim	148	23,2
Não	491	76,8
Total	639	100,0

Porte * q4_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela política de segurança alimentar?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	81,9%	18,1%	100,0%
Pequeno II	76,7%	23,3%	100,0%
Médio	70,2%	29,8%	100,0%
Grande	54,2%	45,8%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	100,0%

q5_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela gestão do CadÚnico?

	Quantidade	%
Sim	630	98,6
Não	9	1,4
Total	639	100,0

Porte * q5_ O órgão gestor da Assistência Social é responsável pela gestão do CadÚnico? Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	1,3%	98,7%	100,0%
Pequeno II	0,0%	100,0%	100,0%
Médio	4,3%	95,7%	100,0%
Grande	2,8%	97,2%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%

q6_ Caso não, qual o órgão/secretaria é responsável pelo cadastro?

	Quantidade	%
Educação	4	57,1
Saúde	1	14,3
Outro	2	28,6
Total	7	100,0

q7 - Local onde é realizado o cadastramento e/ou atualização cadastral do município

	Não realiza		Cadastramento		Atualização Cadastral		Ambos	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Na sede do órgão gestor/Secretaria de Assistência	277	43,3%	41	6,4%	14	2,2%	307	48,0%
Nos CRAS	249	39,0%	74	11,6%	26	4,1%	290	45,4%
Em unidades/postos fixos exclusivos para cadastramento	544	85,1%	20	3,1%	4	0,6%	71	11,1%
Em unidades móveis ou postos temporários	586	91,7%	6	0,9%	4	0,6%	43	6,7%
Em outras unidades da Assistência Social	560	87,6%	16	2,5%	8	1,3%	55	8,6%
Em unidades de outras políticas públicas	605	94,7%	4	0,6%	3	0,5%	27	4,2%
No domicílio das famílias	290	45,4%	51	8,0%	64	10,0%	234	36,6%
Outros	608	95,1%	10	1,6%	2	0,3%	19	3,0%

D_8 - Quantidade de Locais de Cadastramento

	Quantidade	%
1	386	60,4
2	137	21,4
3 a 5	75	11,7
6 a 10	27	4,2
11 a 20	12	1,9
mais de 20	2	0,3
Total	639	100,0

D_9a - Locais on-line

	Quantidade	%
1	510	82,5
2	52	8,4
3 a 5	38	6,1
6 a 10	15	2,4
11 a 20	2	0,3
mais de 20	1	0,2
Total	618	100,0

D_9b - Locais Papel

	Frequência	Porcentagem válida
1	557	90,1
2	21	3,4
3 a 5	23	3,7
6 a 10	10	1,6
11 a 20	6	1,0
mais de 20	1	0,2
Total	618	100,0

D10 - Qtd de dias até a digitação do Formulário de papel

	Frequência	Porcentagem válida
No mesmo dia	291	45,5
1 a 3 dias	240	37,6
4 a 7 dias	59	9,2
8 a 15 dias	32	5,0
16 a 30 dias	16	2,5
mais de 30	1	0,2
Total	639	100,0

Porte * q11 Existe Conselho Tutelar no município?

	Sim
Pequeno I	100,0%
Pequeno II	100,0%
Médio	100,0%
Grande	100,0%
Metrópole	100,0%
Total	100,0%

Porte * q12 O Conselho Tutelar é vinculado ao Órgão Gestor da Assistência Social? Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	44,3%	55,7%	100,0%
Pequeno II	31,7%	68,3%	100,0%
Médio	34,0%	66,0%	100,0%
Grande	18,1%	81,9%	100,0%
Metrópole	33,3%	66,7%	100,0%
Total	38,2%	61,8%	100,0%

q13a Quantidade de Conselhos Tutelares existentes no município - Quantidade total de Conselheiros *
Porte

Porte		a) Quantidade de Conselhos Tutelares existentes no município:	b) Quantidade total de Conselheiros
Pequeno I	Soma	222	1115
	Média	1,00	5,05
	Mediana	1,00	5,00
	Desvio Padrão	,067	1,056
Pequeno II	Soma	84	415
	Média	1,02	5,06
	Mediana	1,00	5,00
	Desvio Padrão	0,221	,907
Médio	Soma	31	152
	Média	1,00	4,90
	Mediana	1,00	5,00
	Desvio Padrão	0,000	0,396
Grande	Soma	85	424
	Média	1,44	7,19
	Mediana	1,00	5,00
	Desvio Padrão	0,772	3,481
Metrópole	Soma	9	45
	Média	4,50	22,50
	Mediana	4,50	22,50
	Desvio Padrão	0,707	3,536
Total	Soma	431	2151
	Média	1,09	5,45
	Mediana	1,00	5,00
	Desvio Padrão	0,430	2,167

q14 O município é sede de comarca?

	Quantidade	%
Sim	310	48,5
Não	329	51,5
Total	639	100,0

Porte * q14 O município é sede de comarca?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	75,1%	24,9%	100,0%
Pequeno II	17,5%	82,5%	100,0%
Médio	8,5%	91,5%	100,0%
Grande	8,3%	91,7%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%
	51,5%	48,5%	100,0%

BLOCO 3 - GESTÃO DO SUAS**q16 Existe Lei Municipal de regulamentação do SUAS?**

	Quantidade	%
Sim	95	14,9
Não	544	85,1
Total	639	100,0

Porte * q16 Existe Lei Municipal de regulamentação do SUAS? Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	83,1%	16,9%	100,0%
Pequeno II	90,8%	9,2%	100,0%
Médio	83,0%	17,0%	100,0%
Grande	87,5%	12,5%	100,0%
Metrópole	100,0%		100,0%
Estado de São Paulo	85,1%	14,9%	100,0%

q17 De que ano é a Lei do SUAS?

	Quantidade	%
1983	1	1,1
1993	2	2,1
1994	1	1,1
1995	6	6,3
1996	7	7,4
1997	12	12,6
1998	1	1,1
1999	2	2,1
2000	2	2,1
2001	1	1,1
2002	1	1,1
2003	1	1,1
2004	2	2,1
2005	5	5,3
2006	1	1,1
2007	14	14,7
2008	3	3,2
2009	1	1,1
2010	4	4,2
2011	6	6,3
2012	4	4,2
2013	5	5,3
2014	8	8,4
2015	5	5,3
Total	95	100,0

Porte * q17 De que ano é a Lei do SUAS? Tabulação cruzada

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Estado de São Paulo
1983	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
1993	1,5%	9,1%	0,0%	0,0%	2,1%
1994	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
1995	7,5%	9,1%	0,0%	0,0%	6,3%
1996	7,5%	0,0%	25,0%	0,0%	7,4%
1997	17,9%	0,0%	0,0%	0,0%	12,6%
1998	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
1999	1,5%	0,0%	12,5%	0,0%	2,1%
2000	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
2001	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%	1,1%
2002	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
2003	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
2004	1,5%	9,1%	0,0%	0,0%	2,1%
2005	4,5%	0,0%	0,0%	22,2%	5,3%
2006	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	1,1%
2007	19,4%	0,0%	0,0%	11,1%	14,7%
2008	1,5%	9,1%	0,0%	11,1%	3,2%
2009	0,0%	9,1%	0,0%	0,0%	1,1%
2010	3,0%	18,2%	0,0%	0,0%	4,2%
2011	9,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%
2012	3,0%	0,0%	12,5%	11,1%	4,2%
2013	4,5%	0,0%	25,0%	0,0%	5,3%
2014	3,0%	18,2%	12,5%	33,3%	8,4%
2015	4,5%	9,1%	12,5%	0,0%	5,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

q18 Último ano de atualização da Lei do SUAS?

	Quantidade	%
1994	1	1,1
1995	1	1,1
1996	1	1,1
1997	6	6,3
1998	1	1,1
1999	1	1,1
2001	1	1,1
2002	2	2,1
2003	1	1,1
2004	4	4,2
2005	6	6,3
2006	1	1,1
2007	13	13,7
2008	5	5,3
2009	4	4,2
2010	7	7,4
2011	6	6,3
2012	6	6,3
2013	10	10,5
2014	9	9,5
2015	9	9,5
Total	95	100,0

Porte * q18 Último ano de atualização da Lei do SUAS? Tabulação cruzada

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Estado de São Paulo
1994	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
1995	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
1996	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	1,1%
1997	9,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%
1998	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
1999	0,0%	0,0%	12,5%	0,0%	1,1%
2001	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
2002	3,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,1%
2003	1,5%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
2004	4,5%	9,1%	0,0%	0,0%	4,2%
2005	6,0%	0,0%	0,0%	22,2%	6,3%
2006	0,0%	0,0%	0,0%	11,1%	1,1%
2007	16,4%	18,2%	0,0%	0,0%	13,7%
2008	4,5%	9,1%	0,0%	11,1%	5,3%
2009	4,5%	9,1%	0,0%	0,0%	4,2%
2010	3,0%	27,3%	12,5%	11,1%	7,4%
2011	9,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%
2012	9,0%	0,0%	0,0%	0,0%	6,3%
2013	10,4%	0,0%	37,5%	0,0%	10,5%
2014	4,5%	18,2%	12,5%	33,3%	9,5%
2015	9,0%	9,1%	12,5%	11,1%	9,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

q19 Informe o conteúdo previsto na Lei Municipal de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
q19_1 Conceituação da assistência social;	73	76,8%	22	23,2%
q19_3 Princípios pelos quais a Assistência Social é regida;	71	74,7%	24	25,3%
q19_4 Diretrizes para organização da Assistência Social;	73	76,8%	22	23,2%
q19_5 Organização da assistência social por níveis de Proteção Social;	65	68,4%	30	31,6%
q19_6 Conceituação e Objetivos do SUAS;	53	55,8%	42	44,2%
q19_7 Público destinatário do SUAS;	53	55,8%	42	44,2%
q19_8 Previsão do financiamento dos serviços	55	57,9%	40	42,1%
q19_9 Previsão do financiamento dos programas e projetos	55	57,9%	40	42,1%
q19_10 Previsão do financiamento dos benefícios socioassistenciais	45	47,4%	50	52,6%
q19_11 Especificação do órgão responsável pela coordenação da Política de Assistência Social;	59	62,1%	36	37,9%
q19_12 Previsão de prazo para regulamentação do funcionamento do Fundo de Assistência Social;	37	38,9%	58	61,1%
q19_13 Especificação e conceituação dos equipamentos públicos estatais CRAS e CREAS;	50	52,6%	45	47,4%
q19_14 Especificação e conceituação dos serviços socioassistenciais;	49	51,6%	46	48,4%
q19_15 Especificação e conceituação dos benefícios eventuais	41	43,2%	54	56,8%
q19_16 Criação do Conselho Municipal de Assistência Social	68	71,6%	27	28,4%
q19_17 Criação do Fundo Municipal de Assistência Social	70	73,7%	25	26,3%
q19_18 Instituição do Plano Municipal de Assistência Social	54	56,8%	41	43,2%
q19_19 Outros	1	1,1%	94	98,9%

q20 Com que frequência o Plano Municipal de Assistência Social é atualizado?

	Quantidade	%
Mais de uma vez por ano	179	28,0
Anualmente	424	66,4
Bienalmente	4	0,6
De quatro em quatro anos	24	3,8
Mais de quatro anos	8	1,3
Total	639	100,0

Porte * q20 Com que frequência o Plano Municipal de Assistência Social é atualizado?

	Mais de uma vez por ano	Anualmente	Bienalmente	De quatro em quatro anos	Mais de quatro anos	Total
Pequeno I	31,0%	66,5%	0,3%	1,3%	1,0%	100,0%
Pequeno II	27,5%	65,8%	0,8%	5,0%	0,8%	100,0%
Médio	17,0%	76,6%	2,1%	2,1%	2,1%	100,0%
Grande	20,8%	61,1%	1,4%	13,9%	2,8%	100,0%
Metrópole	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	28,0%	66,4%	0,6%	3,8%	1,3%	100,0%

q21 Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Municipal de Assistência Social?

	Quantidade	%
2004	1	0,2
2006	1	0,2
2007	1	,2
2009	1	0,2
2010	2	0,3
2011	1	0,2
2012	5	0,8
2013	4	0,6
2014	220	34,6
2015	400	62,9
Total	636	100,0

q21_99 Não sabe

	Quantidade	%
Não	4	57,1
Sim	3	42,9
Total	7	100,0

q22_Algum representante do município participou das reuniões da CIB em 2015?

	Quantidade	%
Não	583	91,2
Sim	56	8,8
Total	639	100,0

Porte * q22_Algun representante do município participou das reuniões da CIB em 2015?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	94,2%	5,8%	100,0%
Pequeno II	91,7%	8,3%	100,0%
Médio	87,2%	12,8%	100,0%
Grande	77,8%	22,2%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	100,0%
Estado de São Paulo	91,2%	8,8%	100,0%

q23_Se sim, em quantas reuniões da CIB houve representantes do seu município?

	Quantidade	%
1 vez no ano	18	32,1
De 2 a 3 vezes no ano	26	46,4
De 4 a 6 vezes no ano	6	10,7
De 7 a 10 vezes no ano	6	10,7
Total	56	100,0

Porte * q23_Se sim, em quantas reuniões da CIB houve representantes do seu município? Tabulação cruzada

	1 vez no ano	De 2 a 3 vezes no ano	De 4 a 6 vezes no ano	De 7 a 10 vezes no ano	Total
Pequeno I	26,1%	56,5%	8,7%	8,7%	100,0%
Pequeno II	40,0%	50,0%	10,0%	0,0%	100,0%
Médio	50,0%	33,3%	0,0%	16,7%	100,0%
Grande	31,3%	37,5%	18,8%	12,5%	100,0%
Metrópole	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	32,1%	46,4%	10,7%	10,7%	100,0%

q24_Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos da Secretaria Estadual o município recebeu?

	Quantidade	%
Nenhuma	110	17,2
Uma visita	128	20,0
Duas a três visitas	265	41,5
Quatro a seis visitas	107	16,7
Mais de seis visitas	29	4,5
Total	639	100,0

Porte * q24_Nos últimos 12 meses, quantas visitas de técnicos da Secretaria Estadual o município recebeu? Tabulação cruzada

	Nenhuma	Uma visita	Duas a três visitas	Quatro a seis visitas	Mais de seis visitas	Total
Pequeno I	19,1%	22,4%	44,3%	11,3%	2,8%	100,0%
Pequeno II	17,5%	15,8%	42,5%	19,2%	5,0%	100,0%
Médio	14,9%	25,5%	21,3%	31,9%	6,4%	100,0%
Grande	8,3%	11,1%	37,5%	33,3%	9,7%	100,0%
Metrópole	0,0%	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	100,0%
Estado de São Paulo	17,2%	20,0%	41,5%	16,7%	4,5%	100,0%

q25 Caso tenha recebido uma ou mais visitas técnicas do estado, indique os temas sobre os quais o município recebeu orientações e apoio técnico nas referidas visitas

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc)	231	43,7%	298	56,3%
Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	218	41,2%	311	58,8%
Elaboração de Relatório de Gestão	167	31,6%	362	68,4%
Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	169	31,9%	360	68,1%
Fortalecimento da intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas	241	45,6%	288	54,4%
Integração dos serviços e benefícios	166	31,4%	363	68,6%
Fortalecimento do Conselho Municipal	174	32,9%	355	67,1%
Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	295	55,8%	234	44,2%
Gestão dos serviços socioassistenciais	283	53,5%	246	46,5%
Metodologias de trabalho social em famílias	196	37,1%	333	62,9%
Regulamentação dos benefícios eventuais	89	16,8%	440	83,2%
Gestão de benefícios eventuais	98	18,5%	431	81,5%
Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	114	21,6%	415	78,4%
Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	189	35,7%	340	64,3%
Gestão do Programa Bolsa Família	175	33,1%	354	66,9%
Gestão do Trabalho	150	28,4%	379	71,6%
Metodologias de monitoramento e avaliação	183	34,6%	346	65,4%
Implantação da Vigilância Socioassistencial	104	19,7%	425	80,3%
Utilização do Prontuário SUAS	169	31,9%	360	68,1%
Adequação da legislação municipal	77	14,6%	452	85,4%
Prioridades e Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal	184	34,8%	345	65,2%
Outros	196	37,1%	333	62,9%

Porte * q25 Caso tenha recebido uma ou mais visitas técnicas do estado, indique os temas sobre os quais o município recebeu orientações e apoio técnico nas referidas visitas

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
q25_1 Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc)	53,9%	35,4%	25,0%	19,7%	0,0%
q25_2 Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	46,7%	31,3%	37,5%	31,8%	33,3%
q25_3 Elaboração de Relatório de Gestão	36,8%	26,3%	32,5%	15,2%	0,0%
q25_4 Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	37,7%	23,2%	22,5%	21,2%	66,7%
q25_5 Fortalecimento da intersectorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas	51,7%	45,5%	40,0%	21,2%	0,0%
q25_6 Integração dos serviços e benefícios	36,8%	24,2%	35,0%	15,2%	0,0%
q25_7 Fortalecimento do Conselho Municipal	40,2%	25,3%	22,5%	16,7%	0,0%
q25_8 Adequação da implantação dos serviços socioassistenciais	55,8%	52,5%	57,5%	59,1%	66,7%
q25_9 Gestão dos serviços socioassistenciais	55,1%	56,6%	57,5%	39,4%	33,3%
q25_10 Metodologias de trabalho social em famílias	42,4%	28,3%	35,0%	27,3%	0,0%
q25_11 Regulamentação dos benefícios eventuais	21,8%	11,1%	12,5%	4,5%	0,0%
q25_12 Gestão de benefícios eventuais	23,1%	19,2%	7,5%	3,0%	0,0%
q25_13 Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	28,0%	14,1%	17,5%	4,5%	0,0%
q25_14 Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	40,2%	35,4%	25,0%	19,7%	66,7%
q25_15 Gestão do Programa Bolsa Família	39,6%	27,3%	25,0%	15,2%	33,3%
q25_16 Gestão do Trabalho	32,4%	25,3%	27,5%	15,2%	0,0%
q25_17 Metodologias de monitoramento e avaliação	39,6%	34,3%	22,5%	18,2%	33,3%
q25_18 Implantação da Vigilância Socioassistencial	22,1%	19,2%	22,5%	7,6%	0,0%
q25_19 Utilização do Prontuário SUAS	38,9%	28,3%	22,5%	9,1%	33,3%
q25_20 Adequação da legislação municipal	17,1%	12,1%	17,5%	4,5%	0,0%
q25_21 Prioridades e Metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão Municipal	39,3%	25,3%	40,0%	24,2%	33,3%
q25_99 Outros	32,4%	37,4%	52,5%	51,5%	0,0%

q26_Nos últimos 12 meses, quantas vezes os técnicos ou gestores municipais participaram de atividades de orientação e apoio promovidas pelo Estado?

	Quantidade	%
Nenhuma vez	15	2,3
Uma vez	33	5,2
Duas ou três vezes	223	34,9
Quatro a seis vezes	173	27,1
Mais de seis vezes	195	30,5
Total	639	100

Porte * q26_Nos últimos 12 meses, quantas vezes os técnicos ou gestores municipais participaram de atividades de orientação e apoio promovidas pelo Estado?

	Nenhuma vez	Uma vez	Duas ou três vezes	Quatro a seis vezes	Mais de seis vezes	
Pequeno I	2,8%	5,8%	30,0%	28,5%	33,0%	100,0%
Pequeno II	1,7%	2,5%	42,5%	23,3%	30,0%	100,0%
Médio	2,1%	6,4%	42,6%	23,4%	25,5%	100,0%
Grande	1,4%	5,6%	44,4%	27,8%	20,8%	100,0%
Metrópole	0,0%	0,0%	33,3%	33,3%	33,3%	100,0%
Estado de São Paulo	2,3%	5,2%	34,9%	27,1%	30,5%	100,0%

q27 Quais formas de apoio técnico o município recebeu do estado, nos últimos 12 meses?

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
q27_1 Produção e distribuição de material técnico;	269	43,1%	355	56,9%
q27_2 Elaboração, pelo Estado, de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios;	305	48,9%	319	51,1%
q27_3 Capacitações presenciais;	534	85,6%	90	14,4%
q27_4 Capacitações à distância;	331	53,0%	293	47,0%
q27_5 Assessoramento técnico de forma presencial no município;	337	54,0%	287	46,0%
q27_6 Assessoramento técnico à distância;	425	68,1%	199	31,9%
q27_7 Outras formas	35	5,6%	589	94,4%

Porte * q27 Quais formas de apoio técnico o município recebeu do estado, nos últimos 12 meses?

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
q27_1 Produção e distribuição de material técnico;	49,5%	37,3%	28,3%	28,2%	33,3%
q27_2 Elaboração, pelo Estado, de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios;	51,3%	48,3%	45,7%	39,4%	33,3%
q27_3 Capacitações presenciais;	87,8%	86,4%	80,4%	76,1%	66,7%
q27_4 Capacitações à distância;	47,4%	55,9%	69,6%	66,2%	100,0%
q27_5 Assessoramento técnico de forma presencial no município;	54,7%	51,7%	58,7%	52,1%	33,3%
q27_6 Assessoramento técnico à distância;	66,3%	69,5%	80,4%	67,6%	66,7%

q28a Profissionais FNAS de nível superior q28b Profissionais FNAS de nível médio q28c Profissionais FNAS total (superior mais médio) * Porte

Porte		q28a Profissionais FNAS de nível superior	q28b Profissionais FNAS de nível médio	q28c Profissionais FNAS total (superior mais médio)
Pequeno I	Soma	292	177	469
	Média	0,74	0,45	1,18
	Mediana	0,00	0,00	0,00
	Desvio Padrão	1,612	1,142	2,505
Pequeno II	Soma	94	65	159
	Média	0,78	0,54	1,33
	Mediana	0,00	0,00	0,00
	Desvio Padrão	2,616	1,824	4,282
Médio	Soma	31	20	51
	Média	0,66	0,43	1,09
	Mediana	0,00	0,00	0,00
	Desvio Padrão	0,891	0,853	1,501
Grande	Soma	102	65	167
	Média	1,42	0,90	2,32
	Mediana	1,00	0,00	1,00
	Desvio Padrão	2,494	1,540	3,524
Metrópole	Soma	8	4	12
	Média	2,67	1,33	4,00
	Mediana	0,00	0,00	4,00
	Desvio Padrão	4,619	2,309	4,000
Estado de São Paulo	Soma	527	331	858
	Média	0,82	0,52	1,34
	Mediana	0,00	0,00	0,00
	Desvio Padrão	1,941	1,336	3,012

q29 O(s) contador(es) responsável(is) pelas contas do Fundo Municipal de Assistência Social está(ão) lotado(s):

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
q29_0 Não há contadores responsáveis pelas contas do FMAS	14	2,2%	625	97,8%
q29_1 No próprio Fundo Municipal de Assistência Social	7	1,1%	632	98,9%
q29_2 No órgão gestor da Assistência Social	30	4,7%	609	95,3%
q29_3 Em outro órgão/secretaria do município	186	29,1%	453	70,9%
q29_4 Diretamente vinculado à Prefeitura	439	68,7%	200	31,3%
q29_5 Em assessoria externa (entidade privada paga para tal)	2	0,3%	637	99,7%

q29_6 Outro	2	0,3%	637	99,7%
-------------	---	------	-----	-------

Porte * q29 O(s) contador(es) responsável(is) pelas contas do Fundo Municipal de Assistência Social está(ão) lotado(s):

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
q29_0 Não há contadores responsáveis pelas contas do FMAS	1,8%	0,0%	6,4%	5,6%	0,0%
q29_1 No próprio Fundo Municipal de Assistência Social	0,5%	1,7%	0,0%	4,2%	0,0%
q29_2 No órgão gestor da Assistência Social	2,0%	3,3%	8,5%	16,7%	66,7%
q29_3 Em outro órgão/secretaria do município	15,9%	39,2%	63,8%	62,5%	33,3%
q29_4 Diretamente vinculado à Prefeitura	82,9%	63,3%	23,4%	31,9%	0,0%
q29_5 Em assessoria externa (entidade privada paga para tal)	0,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%
q29_6 Outro	0,3%	0,8%	0,0%	0,0%	0,0%

q30 Qual o ordenador de despesa do FMAS?

	Frequência	Porcentagem
O Prefeito	235	36,8
O Secretário(a) Municipal de Assistência Social	314	49,1
Outro funcionário da Secretaria de Assistência Social	26	4,1
Secretário ou técnico de outra área	64	10,0
Total	639	100,0

q31 O município utiliza recursos do cofinanciamento federal de serviços para pagamento de servidores públicos

	Quantidade*	%
Não	425	67,1
Sim	208	32,9
Total	633	100,0

Nota*: 6 municípios não responderam a esta questão.

q32_ Atualmente o município recebe recursos estaduais para o cofinanciamento da Assistência Social?

Nota: Por problemas na base de dados, a questão não pode ser finalizada.

q33_Valor receitas e despesas do município na área de Assistência Social nos anos de 2013 e 2014 - * Porte

Porte		Valor alocado referente aos recursos próprios do município (2013)	Valor alocado referente aos recursos próprios do município (2014)	Valor repassado pelo governo estadual (Fundo a Fundo e Convênios) (2013)	Valor repassado pelo governo estadual (Fundo a Fundo e Convênios) (2014)	Valor da despesa realizada com recursos próprios do município (2013)	Valor da despesa realizada com recursos próprios do município (2014)	Valor da despesa realizada com recursos repassados pelo governo estadual (2013)	Valor da despesa realizada com recursos repassados pelo governo estadual (2014)
Pequeno I	Soma	215.169.894,80	329.039.353,90	25.700.591,34	38.211.349,41	155.194.076,06	169.538.974,69	20.522.579,36	32.851.643,56
	Média	618.304,30	962.103,37	70.220,19	106.735,61	447.245,18	495.728,00	57.165,96	91.764,37
	Mediana	442.885,80	493.400,00	52.681,20	65.682,58	352.470,37	391.672,88	48.567,60	57.575,27
	Desvio Padrão	1.237.109,75	5.340.849,57	60.348,56	111.119,58	432.935,94	475.783,20	38.475,97	97.864,77
Pequeno II	Soma	183.404.927,12	198.050.766,20	19.604.935,53	23.302.796,42	155.545.882,69	178.036.971,19	16.145.630,22	18.270.197,56
	Média	1.746.713,59	1.868.403,45	178.226,69	206.219,44	1.467.413,99	1.663.896,93	150.893,74	167.616,49
	Mediana	1.479.655,20	1.740.058,55	148.864,20	170.478,00	1.182.606,13	1.621.000,00	133.621,21	145.979,81
	Desvio Padrão	1.553.825,63	1.490.846,42	116.576,58	175.195,21	1.299.926,53	1.393.166,41	98.983,06	112.495,50
Médio	Soma	139.485.556,70	145.840.074,04	16.223.403,46	18.846.186,33	122.401.896,86	129.452.398,06	13.781.757,24	16.514.101,65
	Média	3.099.679,04	3.391.629,63	360.520,08	409.699,70	2.720.042,15	3.010.520,89	313.221,76	366.980,04
	Mediana	2.637.000,00	2.757.718,00	326.028,40	348.476,40	1.980.472,86	2.482.000,00	284.689,47	311.795,21
	Desvio Padrão	2.437.316,05	2.534.678,65	221.120,94	259.400,74	2.278.761,21	2.321.985,44	196.322,49	250.078,64
Grande	Soma	552.427.870,90	602.234.575,67	62.445.181,03	58.762.902,13	427.386.304,87	529.058.144,69	52.681.769,50	45.733.746,62
	Média	8.768.696,36	9.409.915,24	905.002,62	864.160,33	7.006.332,87	8.266.533,51	786.295,07	682.593,23
	Mediana	5.347.379,24	5.613.946,00	670.751,40	695.322,62	4.651.696,01	4.664.241,53	548.387,00	555.871,32
	Desvio Padrão	9.069.756,84	9.709.040,56	1.207.250,12	573.560,47	7.408.973,11	8.605.763,26	1.187.177,25	500.993,36

Porte		Valor alocado referente aos recursos próprios do município (2013)	Valor alocado referente aos recursos próprios do município (2014)	Valor repassado pelo governo estadual (Fundo a Fundo e Convênios) (2013)	Valor repassado pelo governo estadual (Fundo a Fundo e Convênios) (2014)	Valor da despesa realizada com recursos próprios do município (2013)	Valor da despesa realizada com recursos próprios do município (2014)	Valor da despesa realizada com recursos repassados pelo governo estadual (2013)	Valor da despesa realizada com recursos repassados pelo governo estadual (2014)
Metrópole	Soma	775.559.632,19	865.690.327,11	70.527.240,32	71.020.208,28	736.444.800,24	831.869.972,77	67.408.668,87	68.354.239,31
	Média	258.519.877,40	288.563.442,37	23.509.080,11	23.673.402,76	245.481.600,08	277.289.990,92	22.469.556,29	22.784.746,44
	Mediana	71.264.524,00	81.421.960,23	2.649.511,32	3.090.130,00	64.568.804,51	71.144.876,00	2.645.696,26	2.747.949,09
	Desvio Padrão	379.564.963,56	420.097.208,83	37.125.788,18	37.240.854,90	362.750.297,21	409.203.702,79	35.642.612,91	35.829.275,17
Estado de São Paulo	Soma	1.866.047.881,7 1	2.140.855.096,92	194.501.351,6 8	210.143.442,5 7	1.596.972.960,72	1.837.956.461,40	170.540.405,1 9	181.723.928,70
	Média	3.308.595,53	3.836.657,88	327.995,53	357.386,81	2.841.588,90	3.287.936,42	294.035,18	312.240,43
	Mediana	663.740,00	767.876,30	85.117,20	117.495,84	551.519,15	599.287,47	69.783,37	92.717,38
	Desvio Padrão	29.631.730,93	33.297.884,33	2.763.973,34	2.762.689,70	28.221.513,92	31.956.513,19	2.677.509,78	2.667.979,49

q34 O órgão gestor municipal faz transferência de recursos por convênio para ONG's ou Entidades de Assistência Social no município?

	Quantidade	%
Não	223	34,9
Sim, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	241	37,7
Sim, com recursos de outras fontes	42	6,6
Sim, com recursos do FMAS e de outras fontes	133	20,8
Total	639	100,0

Porte * q34 O órgão gestor municipal faz transferência de recursos por convênio para ONG's ou Entidades de Assistência Social no município?

	Não	Sim, com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS)	Sim, com recursos de outras fontes	Sim, com recursos do FMAS e de outras fontes	Total
Pequeno I	54,2%	26,7%	5,8%	13,4%	100,0%
Pequeno II	4,2%	54,2%	10,0%	31,7%	100,0%
Médio	4,3%	61,7%	6,4%	27,7%	100,0%
Grande	1,4%	55,6%	5,6%	37,5%	100,0%
Metrópole	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	100,0%
Estado de São Paulo	34,9%	37,7%	6,6%	20,8%	100,0%

Porte * q35 Quantas entidades recebem recurso do órgão gestor municipal por convênio?

	Quantidade de Municípios*	Quantidade de Entidades
Pequeno I	182	386
Pequeno II	115	580
Médio	45	397
Grande	71	1.064
Metrópole	3	501
Total	416	2.928

Nota*: 223 municípios não responderam a esta questão.

BLOCO 4 - GESTÃO DO TRABALHO

q36_1 Total de Trabalhadores por vínculo

Porte	q36_1 Total - Estatutários	q36_2 Total - Empregados Públicos Celetistas	q36_3 Total - Somente Comissionados	q36_4 Total - Outros Vínculos	q36 Total - Total de Trabalhadores
Pequeno I	1.888	1.641	611	678	4.818
Pequeno II	1.676	1.313	383	704	4.076
Médio	1.553	715	390	504	3.162
Grande	7.461	1.939	1.289	2.002	12.691
Metrópole	1.396	379	385	147	2.307
Estado de São Paulo	13.974	5.987	3.058	4.035	27.054

q36_ Total de Trabalhadores por escolaridade

Porte	q36_a - Ensino Fundamental	q36_b - Ensino Médio	q36_c - Ensino Superior	q36 - Total de Trabalhadores
Pequeno I	523	1.969	2.326	4.818
Pequeno II	588	1.690	1.798	4.076
Médio	379	1.298	1.485	3.162
Grande	1.775	5.160	5.756	12.691
Metrópole	413	590	1.304	2.307
Estado de São Paulo	3.678	10.707	12.669	27.054

q37_ Trabalhadores de nível superior da Assistência Social (sede e unidades públicas) - Quantidade de profissionais segundo as áreas de formação listadas * Porte

Áreas de Formação	Porte					Total
	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	
Advogados	54	56	42	144	22	318
Administrador	89	73	46	150	32	390
Antropólogo	1	0	0	7	0	8
Assistente Social	954	779	632	2.327	276	4.968
Contador	44	13	8	34	12	111
Economista	1	3	6	12	5	27
Economista Doméstico	2	0	0	0	0	2
Estatístico	0	0	0	0	1	1
Musicoterapeuta	5	3	1	3	0	12
Pedagogo	351	167	83	338	95	1.034
Psicólogo	365	305	276	888	115	1.949
Sociólogo	2	7	4	22	15	50
Terapeuta Ocupacional	11	9	12	29	0	61

q38_1a Realizou, ou realizará, concurso no ano de 2015 - Nível Superior

	Quantidade	%
Não	489	77
Sim	150	23
Total	639	100

q38_1b Nível Superior - Concurso em 2015 - etapa atual do processo

	Quantidade	%
Autorização concedida	15	10,0
Edital publicado	21	14,0
Prova(s) realizada(s)	14	9,3
Resultado homologado	100	66,7
Total	150	100,0

q38_2a Realizou, ou realizará, concurso no ano de 2015 - Nível Médio

	Quantidade	%
Não	530	83
Sim	109	17
Total	639	100

q38_2b Nível Médio - Concurso em 2015 - etapa atual do processo

	Quantidade	%
Autorização concedida	10	9,17
Edital publicado	19	17,43
Prova(s) realizada(s)	13	11,93
Resultado homologado	67	61,47
Total	109	100,00

q39_1a Realizou concurso em 2014 - Nível Superior

	Quantidade	%
Não	553	86,54
Sim	86	13,46
Total	639	100,00

q39_2a Realizou concurso em 2014 - Nível Médio

	Quantidade	%
Não	579	90,61
Sim	60	9,39
Total	639	100,00

Porte * q39_1a Realizou concurso em 2014 - Nível Superior Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	88,9%	11,1%	100,0%
Pequeno II	84,2%	15,8%	100,0%
Médio	76,6%	23,4%	100,0%
Grande	83,3%	16,7%	100,0%
Metrópole	100,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	86,5%	13,5%	100,0%

Porte * q39_2a Realizou concurso em 2014 - Nível Médio Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	94,0%	6,0%	100,0%
Pequeno II	85,0%	15,0%	100,0%
Médio	83,0%	17,0%	100,0%
Grande	86,1%	13,9%	100,0%
Metrópole	100,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	90,6%	9,4%	100,0%

q40 O município possui Plano de Capacitação e Educação Permanente?

	Quantidade	%
Não	581	90,9
Sim	58	9,1
Total	639	100,0

Porte * q40 O município possui Plano de Capacitação e Educação Permanente?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	95,2%	4,8%	100,0%
Pequeno II	87,5%	12,5%	100,0%
Médio	78,7%	21,3%	100,0%
Grande	83,3%	16,7%	100,0%
Metrópole	33,3%	67%	100,0%
Estado de São Paulo	90,9%	9,1%	100,0%

q41 No ano de 2014 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos presenciais de capacitação?

	Quantidade	%
Não	79	12,4
Sim	560	87,6
Total	639	100,0

Porte * q41 No ano de 2014 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos presenciais de capacitação?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	14,9%	85,1%	100,0%
Pequeno II	8,3%	91,7%	100,0%
Médio	8,5%	91,5%	100,0%
Grande	8,3%	91,7%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	12,4%	87,6%	100,0%

q42 Caso sim, informe qual(is) o(s) ente(s) federado(s) promoveu(eram) os cursos presenciais de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município:

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
q42_1 O curso presencial foi promovido pelo: município	271	48,4%	289	51,6%
q42_2 O curso presencial foi promovido pelo: gestão estadual	452	80,7%	108	19,3%
q42_3 O curso presencial foi promovido pelo: gestão federal/MDS	318	56,8%	242	43,2%

Porte * q42 Caso sim, informe qual(is) o(s) ente(s) federado(s) promoveu(eram) os cursos presenciais de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município:

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
q42_1 O curso presencial foi promovido pelo: município	31,1%	68,2%	72,1%	86,4%	100,0%
q42_2 O curso presencial foi promovido pelo: gestão estadual	84,0%	77,3%	79,1%	71,2%	66,7%
q42_3 O curso presencial foi promovido pelo: gestão federal/MDS	58,0%	55,5%	58,1%	51,5%	66,7%

q43 Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos presenciais?

	Quantidade de Municípios*	Quantidade de Trabalhadores
Pequeno I	338	1.586
Pequeno II	110	1.580
Médio	43	1.021
Grande	66	5.544
Metrópole	3	4.234
Total	560	13.965

Nota*: 79 municípios não responderam a esta questão.

q44 No ano de 2014 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos à distância (EAD) de capacitação?

	Quantidade	%
Não	252	39,4
Sim	387	60,6
Total	639	100,0

Porte * q44 No ano de 2014 os trabalhadores da Assistência Social do município tiveram acesso a cursos à distância (EAD) de capacitação? Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	47,9%	52,1%	100,0%
Pequeno II	25,8%	74,2%	100,0%
Médio	29,8%	70,2%	100,0%
Grande	22,2%	77,8%	100,0%
Metrópole	33,3%	67%	100,0%
Estado de São Paulo	39,4%	60,6%	100,0%

q45 Caso sim, informe qual(is) o(s) ente(s) federado(s) que promoveu(eram) os cursos à distância (EAD) de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social do município

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
q45_1 O curso a distância foi promovido pelo: município	17	4,4%	373	95,6%
q45_2 O curso a distância foi promovido pelo: gestão estadual	284	72,8%	106	27,2%
q45_3 O curso a distância foi promovido pelo: gestão federal/MDS	272	69,7%	118	30,3%

Porte * q45 Caso sim, informe qual(is) o(s) ente(s) federado(s) que promoveu(eram) os cursos à distância (EAD) de capacitação para os trabalhadores da Assistência Social do município

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
q45_1 O curso a distância foi promovido pelo: município	2,9%	7,9%	8,8%	1,8%	0,0%
q45_2 O curso a distância foi promovido pelo: gestão estadual	68,4%	77,5%	79,4%	78,6%	50,0%
q45_3 O curso a distância foi promovido pelo: gestão federal/MDS	66,0%	67,4%	73,5%	83,9%	100,0%

q46 Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos à distância?

Soma	2.536
Média	6,6
Mediana	3,0
Máximo	80
Mínimo	0

Porte * q46 Qual o número aproximado de trabalhadores capacitados nos cursos à distância?

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Estado de São Paulo
Soma	593	521	376	1.031	15	2.536
Média	2,9	5,9	11,4	18,4	7,5	6,6
Mediana	2,0	4,0	5,0	10,0	7,5	3,0
Máximo	16	50	50	80	12	80
Mínimo	0	0	1	0	3	0

q47 Indique as áreas temáticas dos cursos de capacitação realizados pelos trabalhadores da Assistência Social do município

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Metodologias do trabalho social com famílias	290	49,8%	292	50,2%
Metodologias para desenvolvimento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	336	57,7%	246	42,3%
Atendimento a situações de violência e violação de direitos	176	30,2%	406	69,8%
Atendimento à População em situação de Rua	84	14,4%	498	85,6%
Atendimento a Pessoas com Deficiência	100	17,2%	482	82,8%
Medidas socioeducativas para adolescentes em conflito com a lei	234	40,2%	348	59,8%
Acolhimento (abrigo) de Crianças e Adolescentes	153	26,3%	429	73,7%
Acolhimento (abrigo) de idosos	47	8,1%	535	91,9%
Acolhimento (abrigo) de pessoas em situação de rua	32	5,5%	550	94,5%
Estrutura, normas e funcionamento do SUAS	200	34,4%	382	65,6%
Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS	203	34,9%	379	65,1%
Cadastro Único de Programas Sociais? CadÚnico	436	74,9%	146	25,1%
Bolsa Família	410	70,4%	172	29,6%
Sistemas de Informação do SUAS	125	21,5%	457	78,5%
Vigilância Socioassistencial	131	22,5%	451	77,5%
Monitoramento e Avaliação	126	21,6%	456	78,4%
Gestão do Território	64	11,0%	518	89,0%
Álcool e Drogas	159	27,3%	423	72,7%
Ações da Assistência Social para situações de emergência e calamidade pública	16	2,7%	566	97,3%
Outras	39	6,7%	543	93,3%

BLOCO 5 – SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS

Questão 48.1 - Unidade em que é ofertado o Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	90	14,1
No CRAS	291	45,5
Em outra unidade pública	27	4,2
Em entidade conveniada	69	10,8
Não realiza	266	41,6

*Total N = 639

Questão 48.2 - Unidade em que é ofertado o Serviço especializado em abordagem social

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	163	25,5
No CREAS	124	19,4
No Centro Pop	35	5,5
Em outra unidade pública	18	2,8
Em entidade conveniada	39	6,1
Não realiza	318	49,8

*Total N = 639

Questão 48.3 - Unidade em que é ofertado o Serviço especializado para pessoas em situação de rua

	N*	%
Na própria sede do órgão gestor	101	15,8
No CREAS	109	17,1
No Centro Pop	46	7,2
Em outra unidade pública	21	3,3
Em entidade conveniada	41	6,4
Não realiza	375	58,7

*Total N = 639

q49 Quantidade de unidades, governamentais e não governamentais, que compõem a rede socioassistencial do município

	Quantidade de unidades públicas	Quantidade de unidades não governamentais conveniadas	Total de unidades
Outras Unidades de PSB	1.384	2.185	3.569
Unidades exclusivas de MSE	397	118	515
Outras Unidades de PSEs de Média Complexidade	374	696	1.070

q50 Caso o município não possua CREAS, como o município atende questões de violações de direitos:

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Este município possui CREAS	225	35,2%	414	64,8%
Encaminha para o CRAS	202	31,6%	437	68,4%
Encaminha para o CREAS de outro município	19	3,0%	620	97,0%
Encaminha para o CREAS Regional ao qual está vinculado	5	0,8%	634	99,2%
Encaminha para alguma entidade conveniada no município	22	3,4%	617	96,6%
É atendido pela equipe de referência da proteção social especial do município	148	23,2%	491	76,8%
Outro	140	21,9%	499	78,1%

q51 Caso o município não possua CREAS, como o município atende adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de LA e PSC

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Encaminha para o CRAS	89	21,5%	325	78,5%
Encaminha para o CREAS de outro município	3	0,7%	411	99,3%
Encaminha para o CREAS Regional ao qual está vinculado	1	0,2%	413	99,8%
Encaminha para alguma entidade conveniada no município	21	5,1%	393	94,9%
Outro	335	80,9%	79	19,1%
Não atende	4	1,0%	410	99,0%

q52 Indique as ações realizadas pela política de Assistência Social no município para enfrentamento do Trabalho Infantil?

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Não realiza	243	38,0%	396	62,0%
Realiza campanhas, mobilização e sensibilização	258	40,4%	381	59,6%
Realiza atividades de abordagem social em espaços públicos	125	19,6%	514	80,4%
Realiza busca ativa de famílias com situação de trabalho infantil para inclusão no CadÚnico	179	28,0%	460	72,0%
Encaminha/inclui crianças e adolescentes em trabalho infantil para os Serviços de Convivência	214	33,5%	425	66,5%
Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para PAIF/CRAS	242	37,9%	397	62,1%
Encaminha/inclui famílias com situação de trabalho infantil para o PAEFI/CREAS	111	17,4%	528	82,6%
Encaminha famílias e indivíduos para a aplicação de medidas protetivas à família	114	17,8%	525	82,2%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de capacitação profissional	92	14,4%	547	85,6%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para programas e projetos de inclusão produtiva e/ou geração de trabalho e renda	85	13,3%	554	86,7%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para atendimento em outras políticas públicas	142	22,2%	497	77,8%
Encaminha famílias com situação de trabalho infantil para os órgãos de defesa e responsabilização	86	13,5%	553	86,5%
Elabora estudos e diagnósticos sobre o trabalho infantil no município	62	9,7%	577	90,3%

q53 O órgão gestor da Assistência Social possui equipe de gestão exclusiva da Proteção Social Especial de Alta Complexidade?

	Quantidade	%
Sim, possui equipe exclusiva	106	16,6
Não possui equipe exclusiva	533	83,4
Total	639	100,0

Porte * q53 O órgão gestor da Assistência Social possui equipe de gestão exclusiva da Proteção Social Especial de Alta Complexidade? Tabulação cruzada

	Sim, possui equipe exclusiva	Não possui equipe exclusiva	Total
Pequeno I	6,3%	93,7%	100,0%
Pequeno II	27,5%	72,5%	100,0%
Médio	29,8%	70,2%	100,0%
Grande	43,1%	56,9%	100,0%
Metrópole	100,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	16,6%	83,4%	100,0%

q54 O município possui Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente?

	Quantidade	%
Não	579	90,6
Sim	60	9,4
Total	639	100,0

Porte * q54 O município possui Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora para Criança e Adolescente? Tabulação cruzada

	Não	Sim	Total
Pequeno I	89,4%	10,6%	100,0%
Pequeno II	98,3%	1,7%	100,0%
Médio	93,6%	6,4%	100,0%
Grande	83,3%	16,7%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	100,0%
Estado de São Paulo	90,6%	9,4%	100,0%

q55 Caso sim, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é regulamentado por lei municipal?

	Quantidade	%
Não	8	13,3
Sim	52	86,7
Total	60	100,0

Porte * q55 Caso sim, o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é regulamentado por lei municipal?

Tabulação cruzada

	Não	Sim	
Pequeno I	14,3%	85,7%	100,0%
Pequeno II	0,0%	100,0%	100,0%
Médio	0,0%	100,0%	100,0%
Grande	16,7%	83,3%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	13,3%	86,7%	100,0%

q56 Em que ano o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora foi implantado no município?

	Frequência	Porcentagem válida
1997	2	3,3
2000	2	3,3
2001	1	1,7
2002	1	1,7
2003	1	1,7
2004	1	1,7
2005	3	5,0
2006	2	3,3
2007	1	1,7
2008	1	1,7
2009	6	10,0
2010	3	5,0
2011	8	13,3
2012	3	5,0
2013	6	10,0
2014	7	11,7
2015	12	20,0
Total	60	100,0

q57 A gestão do Programa/Serviço de Família Acolhedora no município é executado pelo(a):

	Quantidade	%
Secretaria Municipal de Assistência Social	47	78,3
Diretamente pelo gabinete da Prefeitura	1	1,7
Organização Não Governamental – ONG	9	15,0
Outro	3	5,0
Total	60	100,0

q58 Existe repasse de subsídio financeiro para as famílias acolhedoras?

	Quantidade	%
Não	10	16,7
Sim	50	83,3
Total	60	100,0

D59 - Programa/Serviço de Família Acolhedora - Famílias Cadastradas

	Quantidade	%
Zero	12	20,0
1 a 5	38	63,3
6 a 15	7	11,7
16 a 30	2	3,3
31 a 50	1	1,7
Total	60	100,0

Porte * D59 - Programa/Serviço de Família Acolhedora - Famílias Cadastradas

	Zero	1 a 5	6 a 15	16 a 30	31 a 50	Total - %
Pequeno I	21,4%	73,8%	4,8%	0,0%	0,0%	100,0%
Pequeno II	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Médio	0,0%	66,7%	33,3%	0,0%	0,0%	100,0%
Grande	16,7%	33,3%	33,3%	16,7%	0,0%	100,0%
Metrópole	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	20,0%	63,3%	11,7%	3,3%	1,7%	100,0%

D60 - Programa/Serviço de Família Acolhedora - Crianças Acolhidas

	Quantidade	%
Zero	28	46,7
1 a 5	18	30,0
6 a 15	11	18,3
16 a 30	2	3,3
31 a 50	1	1,7
Total	60	100,0

Porte * D60 - Programa/Serviço de Família Acolhedora - Crianças Acolhidas

	Zero	1 a 5	6 a 15	16 a 30	31 a 50	Total - %
Pequeno I	59,5%	28,6%	11,9%	0,0%	0,0%	100,0%
Pequeno II	50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Médio	0,0%	66,7%	0,0%	33,3%	0,0%	100,0%
Grande	16,7%	25,0%	50,0%	0,0%	8,3%	100,0%
Metrópole	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	46,7%	30,0%	18,3%	3,3%	1,7%	100,0%

q61 Nos casos de acolhimento de crianças e adolescentes, quais atividades de gestão, monitoramento e supervisão são realizadas pelo órgão gestor da Assistência Social?

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Controla o acesso às vagas, sendo responsável por indicar a Unidade de Acolhimento que receberá a criança/adolescente	160	25,0%	479	75,0%
Acompanha/monitora o fluxo de entradas e saídas de crianças e adolescentes nas Unidades	289	45,2%	350	54,8%
Centraliza as informações das medidas de acolhimento determinadas pelo poder Judiciário	196	30,7%	443	69,3%
Centraliza as informações dos acolhimentos emergenciais realizados pelo Conselho Tutelar	195	30,5%	444	69,5%
Promove a articulação dos serviços de acolhimento com os demais serviços da rede socioassistencial	391	61,2%	248	38,8%
Promove a articulação dos serviços de acolhimento com as demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos	364	57,0%	275	43,0%
Realiza supervisão e suporte técnico aos serviços de acolhimento	325	50,9%	314	49,1%
Monitora o tempo de permanência das crianças e adolescentes nos serviços de acolhimento	236	36,9%	403	63,1%
Fiscaliza a qualidade dos serviços	375	58,7%	264	41,3%
Não realiza nenhuma das atividades listadas acima	107	16,7%	532	83,3%

q62 A Assistência Social do município tem programa/serviço de apoio e proteção a pessoas e famílias afetadas por situação de emergência ou de calamidade pública?

	Frequência	Porcentagem válida
Não	373	58,4
Sim	266	41,6
Total	639	100,0

q63 Nos últimos 12 (doze) meses a Assistência Social do município necessitou abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública?

	Quantidade	%
Não	582	91,1
Sim	57	8,9
Total	639	100,0

D_64 - Pessoas Desabrigadas Acolhidas

	Quantidade	%
Até 10	36	63,2
11 a 20	10	17,5
21 a 50	7	12,3
51 a 100	3	5,3
101 a 500	1	1,8
Total	57	100,0

Porte * D_64 - Pessoas Desabrigadas Acolhidas Tabulação cruzada

	até 10	11 a 20	21 a 50	51 a 100	101 a 500	
Pequeno I	91,3%	4,3%	0,0%	4,3%	0,0%	100,0%
Pequeno II	83,3%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Médio	28,6%	42,9%	28,6%	0,0%	0,0%	100,0%
Grande	42,1%	21,1%	26,3%	5,3%	5,3%	100,0%
Metrópole	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	63,2%	17,5%	12,3%	5,3%	1,8%	100,0%

q65* Quais os tipos de alojamentos provisórios foram ofertados pelo município para vítimas de desastres e calamidades nos últimos 12 meses?

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Alojamento específico para este fim	3	4,9%	58	95,1%
Albergues ou Unidades de Acolhimento já existentes	11	18,0%	50	82,0%
Tendas e Barracas	0	0,0%	61	100,0%
Aluguel Social	41	67,2%	20	32,8%
Locais designados para outras atividades (igrejas, escolas, quadras)	16	26,2%	45	73,8%
Outros	8	13,1%	53	86,9%

Nota: A soma da quantidade de municípios nesta tabela é superior ao total de municípios que informaram abrigar em alojamentos provisórios pessoas atingidas por situações de emergência ou de calamidade pública tendo em vista que 4 municípios, apesar de responderem "Não" na pergunta q63, também responderam a presente questão.

q66 A Assistência Social do município tem articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil?

	Quantidade	%
Não	62	9,7
Sim	358	56,0
Não há Órgão de Defesa Civil no município	219	34,3
Total	639	100,0

Porte * q66 A Assistência Social do município tem articulação com o Órgão Municipal de Defesa Civil?

	Não	Sim	Não há Órgão de Defesa Civil no município	Total
Pequeno I	12,8%	39,0%	48,1%	100,0%
Pequeno II	7,5%	73,3%	19,2%	100,0%
Médio	2,1%	89,4%	8,5%	100,0%
Grande	1,4%	97,2%	1,4%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	9,7%	56,0%	34,3%	100,0%

q67 O município utiliza embarcação/lancha para o desenvolvimento de atividades/serviços da Assistência Social?

	Quantidade	%
Não	633	99,1
Sim	6	0,9
Total	639	100,0

Porte * q67 O município utiliza embarcação/lancha para o desenvolvimento de atividades/serviços da Assistência Social?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	99,2%	0,8%	100,0%
Pequeno II	98,3%	1,7%	100,0%
Médio	97,9%	2,1%	100,0%
Grande	100,0%	0,0%	100,0%
Metrópole	100,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	99,1%	0,9%	100,0%

q68 Quais equipes utilizam a embarcação do município?

	Quantidade	% da linha
Equipe do CRAS	6	100,0
Equipe do CREAS ou da Proteção Social Especial	1	16,7
Equipe do Cadastro Único	3	50,0
Equipes do órgão gestor da Assistência Social	6	100,0
Outros	0	0,0
Total de municípios	6	

q69 Qual a periodicidade em que a lancha é utilizada pela Assistência Social no seu município?

	Frequência	Porcentagem dentre os municípios que utilizam embarcação.
Menos que 1 vez por mês	3	50,0
Mensalmente	1	16,7
1 vez por semana	2	33,3
Total	6	100,0

q70 A lancha/embarcação no seu município é utilizada para atender povos e comunidades tradicionais e/ou grupos específicos?

	Quantidade	% da linha
Sim, para atender Ribeirinhos	2	33,3
Sim, para atender Indígenas	1	16,7
Sim, para atender quilombolas	1	16,7
Sim, para atender Pescadores Artesanais	2	33,3
Sim, para atender extrativistas	0	0,0
Sim, para atender Pantaneiros	0	0,0
Sim, para atender outros	4	66,7
Total de municípios	6	

BLOCO 6- GESTÃO DE BENEFÍCIOS**q71 A Assistência Social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)?**

	Quantidade	%
Não	34	5,3
Sim	605	94,7
Total	639	100,0

Porte * q71 A Assistência Social desenvolve ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	4,8%	95,2%	100,0%
Pequeno II	7,5%	92,5%	100,0%
Médio	6,4%	93,6%	100,0%
Grande	4,2%	95,8%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	5,3%	94,7%	100,0%

q72 Caso sim, especifique quais as ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) são desenvolvidas pela Assistência Social no município:

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Realizar estudos sobre as condições de vulnerabilidade das famílias com idosos e pessoas com deficiência	307	50,7%	298	49,3%
Apoiar e acompanhar o processo de concessão do BPC	435	71,9%	170	28,1%
Distribuir aos CRAS e CREAS do município listas territorializadas das famílias com beneficiários do BPC	388	64,1%	217	35,9%
Inserir os beneficiários nos serviços socioassistenciais	515	85,1%	90	14,9%
Realizar o cadastramento dos beneficiários do BPC no CadÚnico	554	91,6%	51	8,4%
Articular com outros setores a inserção dos beneficiários nas diversas políticas sociais	404	66,8%	201	33,2%

q73_1a Auxílio Funeral - Se o Benefício é concedido no município

	Quantidade	%
Não	36	5,6
Sim	603	94,4
Total	639	100,0

q73_1b Auxílio Funeral - Se o benefício é regulamentado

	Quantidade	%
Não	313	51,9
Sim	290	48,1
Total	603	100,0

q73_1c Auxílio Funeral - Local onde o Benefício é concedido

	Quantidade	%
Na sede do órgão gestor	435	72,1
Em unidades da rede socioassistenciais	102	16,9
Em ambas	66	10,9
Total	603	100,0

q73_2a Auxílio Natalidade - Se o Benefício é concedido no município

	Quantidade	%
Não	353	55,2
Sim	286	44,8
Total	639	100,0

q73_2b Auxílio Natalidade - Se o Benefício é regulamentado

	Quantidade	%
Não	125	43,7
Sim	161	56,3
Total	286	100,0

q73_3c Benefício Eventual para situação de calamidade pública - Local onde o Benefício é concedido

	Quantidade	%
Na sede do órgão gestor	260	64,4
Em unidades da rede socioassistencial	55	13,6
Em ambas	89	22,0
Total	404	100,0

q73_4a Outros Benefícios Eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária - Se o Benefício é concedido no município

	Quantidade	%
Não	47	7,4
Sim	592	92,6
Total	639	100,0

q73_4b Outros Benefícios Eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária - Se o Benefício é regulamentado

	Quantidade	%
Não	318	53,7
Sim	274	46,3
Total	592	100,0

q73_4c Outros Benefícios Eventuais para famílias em situação de vulnerabilidade temporária - Local onde o Benefício é concedido

	Quantidade	%
Na sede do órgão gestor	380	64,2
Em unidades da rede socioassistencial	93	15,7
Em ambas	119	20,1
Total	592	100,0

q74 O município possui um programa PRÓPRIO de transferência de renda (transferência de recursos municipais de forma constante a um público específico)?

	Quantidade	%
Não	543	85,0
Sim	96	15,0
Total	639	100,0

Porte * q74 O município possui um programa PRÓPRIO de transferência de renda (transferência de recursos municipais de forma constante a um público específico)?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	90,4%	9,6%	100,0%
Pequeno II	82,5%	17,5%	100,0%
Médio	78,7%	21,3%	100,0%
Grande	65,3%	34,7%	100,0%
Metrópole	33%	66,7%	100%
Estado de São Paulo	85,0%	15,0%	100,0%

q75 O Programa próprio de transferência de renda do município está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

	Quantidade	%
Não	8	8,3
Sim	88	91,7
Total	96	100,0

Porte * q75 O Programa próprio de transferência de renda do município está sob gestão do órgão gestor da assistência social?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	10,5%	89,5%	100,0%
Pequeno II	4,8%	95,2%	100,0%
Médio	10,0%	90,0%	100,0%
Grande	8,0%	92,0%	100,0%
Metrópole	0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	8,3%	91,7%	100,0%

q76 Existe lei municipal que regulamente o programa de transferência de renda do município

	Quantidade	%
Não	3	3,1
Sim	93	96,9
Total	96	100,0

Porte * q76 Existe lei municipal que regulamente o programa de transferência de renda do município

	Não	Sim	Total
Pequeno I	5,3%	94,7%	100,0%
Pequeno II	4,8%	95,2%	100,0%
Médio	0,0%	100,0%	100,0%
Grande	0,0%	100,0%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	3,1%	96,9%	100,0%

Porte * q77 Quantas famílias receberam o benefício do programa de transferência de renda do município no último mês em que ele foi concedido?

Pequeno I	1.861
Pequeno II	3.063
Médio	11.640
Grande	27.684
Metrópole	56.104
Total	100.352

D_77 - Famílias Beneficiárias - Transferência de Renda Municipal*

Total de Famílias	Quantidade	%
até 50	47	49,5
51 a 100	13	13,7
101 a 500	18	18,9
501 a 1.000	7	7,4
1.001 a 5.000	7	7,4
5.001 a 10.000	2	2,1
Mais de 10.000	1	1,1
Total	95	100,0

* 1 Município não soube informar a quantidade de famílias beneficiárias.

Porte * D_77 - Famílias Beneficiárias - Transferência de Renda Municipal

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Estado de São Paulo
até 50	78,4%	57,1%	40,0%	8,0%	0,0%	49,5%
51 a 100	13,5%	23,8%	0,0%	12,0%	0,0%	13,7%
101 a 500	8,1%	9,5%	30,0%	40,0%	0,0%	18,9%
501 a 1.000	0,0%	4,8%	10,0%	16,0%	50,0%	7,4%
1.001 a 5.000	0,0%	4,8%	20,0%	16,0%	0,0%	7,4%
5001 a 10.000	0,0%	0,0%	0,0%	8,0%	0,0%	2,1%
Mais de 10.000	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	1,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

q78 Qual é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família no município?

	Quantidade	%
O próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS.	526	82,3
Instância/comitê exclusivo do Programa Bolsa Família (PBF).	110	17,2
Conselho de outra Política.	3	0,5
Total	639	100,0

Porte * q78 Qual é a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família no município?

	O próprio Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), ou comissão permanente do CMAS.	Instância/comitê exclusivo do Programa Bolsa Família (PBF).	Conselho de outra Política.	Total
Pequeno I	81,4%	17,9%	0,8%	100,0%
Pequeno II	83,3%	16,7%	0,0%	100,0%
Médio	83,0%	17,0%	0,0%	100,0%
Grande	86,1%	13,9%	0,0%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	0%	100,0%
Estado de São Paulo	82,3%	17,2%	0,5%	100,0%

BLOCO 7- VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

q79 O município possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?

	Quantidade	%
Não	559	87,5
Sim	80	12,5
Total	639	100,0

Porte * q79 O município possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	96,7%	3,3%	100,0%
Pequeno II	90,8%	9,2%	100,0%
Médio	63,8%	36,2%	100,0%
Grande	48,6%	51,4%	100,0%
Metrópole	33,3%	66,7%	100,0%
Estado de São Paulo	87,5%	12,5%	100,0%

q80 Caso sim, informe a quantidade de profissionais exclusivo(s) da área de Vigilância Socioassistencial:

	q80a profissionais de nível superior	q80b profissionais de nível médio	q80c quantidade total (nível superior mais nível médio)
Soma	233	80	313
Média	2,9	1,0	3,8
Mediana	2,0	0,0	2,0
Máximo	38	13	44
Mínimo	0	0	0

Porte * q80a profissionais de nível superior (soma)

	q80a profissionais de nível superior	q80b profissionais de nível médio	q80c quantidade total (nível superior mais nível médio)
Pequeno I	31	16	47
Pequeno II	26	4	30
Médio	28	10	38
Grande	93	31	124
Metrópole	55	19	74
Total	233	80	313

D_80a - Trabalhador Vigilância - Nível Superior

	Quantidade de Municípios	%
Zero	3	3,8
1	29	36,3
2	23	28,8
3	6	7,5
4 a 5	13	16,3
6 a 10	4	5,0
Mais de 10	2	2,5
Total	80	100,0

D_80b - Trabalhador Vigilância - Nível Médio

	Quantidade de Municípios	%
Zero	46	57,5
1	15	18,8
2	10	12,5
3	4	5,0
4 a 5	2	2,5
6 a 10	2	2,5
Mais de 10	1	1,3
Total	80	100,0

D_80c - Trabalhador Vigilância - Total

	Quantidade de Municípios	%
Zero	3	3,6
1	20	24,1
2	25	30,1
3	8	9,6
4 a 5	15	18,1
6 a 10	8	9,6
Mais de 10	4	4,8
Total	83	100,0

Nota: A soma da quantidade de municípios nesta tabela é superior ao total de municípios que informaram possuir profissionais exclusivamente dedicados às atividades de Vigilância Socioassistencial tendo em vista que 3 municípios, apesar de informarem não possuir profissionais nessa área, responderam com valor "0" à pergunta "q80c quantidade total (nível superior mais nível médio)".

Porte * D_80a - Trabalhador Vigilância - Nível Superior

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Estado de São Paulo
Zero	0,0%	0,0%	5,9%	5,4%	0,0%	3,8%
1	61,5%	36,4%	52,9%	21,6%	0,0%	36,3%
2	7,7%	45,5%	29,4%	32,4%	0,0%	28,8%
3	0,0%	0,0%	0,0%	16,2%	0,0%	7,5%
4 a 5	15,4%	9,1%	11,8%	21,6%	0,0%	16,3%
6 a 10	15,4%	9,1%	0,0%	2,7%	0,0%	5,0%
Mais de 10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100%	2,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Porte * D_80b - Trabalhador Vigilância - Nível Médio

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Estado de São Paulo
Zero	53,8%	72,7%	70,6%	51,4%	0,0%	57,5%
1	15,4%	18,2%	11,8%	24,3%	0,0%	18,8%
2	15,4%	9,1%	5,9%	16,2%	0,0%	12,5%
3	0,0%	0,0%	11,8%	5,4%	0,0%	5,0%
4 a 5	7,7%	0,0%	0,0%	2,7%	0,0%	2,5%
6 a 10	7,7%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	2,5%
Mais de 10	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50%	1,3%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Porte * D_80c - Trabalhador Vigilância

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Estado de São Paulo
Zero	18,8%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
1	37,5%	27,3%	41,2%	10,8%	0,0%	24,1%
2	18,8%	45,5%	35,3%	29,7%	0,0%	30,1%
3	0,0%	0,0%	5,9%	18,9%	0,0%	9,6%
4 a 5	0,0%	18,2%	11,8%	29,7%	0,0%	18,1%
6 a 10	12,5%	9,1%	5,9%	10,8%	0,0%	9,6%
Mais de 10	12,5%	0,0%	0,0%	0,0%	100%	4,8%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

q81 O órgão gestor possui diagnóstico socioterritorial do município?

	Quantidade	%
Não	386	60,4
Sim	253	39,6
Total	639	100,0

q82 Qual o ano de atualização do diagnóstico?

	Quantidade de Municípios	%
2007	1	0,4
2009	1	0,4
2010	10	4,0
2011	7	2,8
2012	11	4,3
2013	35	13,8
2014	59	23,3
2015	129	51,0
Total	253	100,0

q83 O diagnóstico socioterritorial do município possui

	Quantidade	% da linha
Quantidade de famílias vulneráveis no território	212	83,8
Perfil da população (composição etária, perfil socioeconômico, etc.)	225	88,9
Indicadores relativos à demanda da população aos serviços socioassistenciais	180	71,1
Mapeamento das unidades de atendimento socioassistencial	182	71,9
Mapeamento de unidades de outras políticas públicas	147	58,1
Informações sobre o território de abrangência dos CRAS	202	79,8
Total de municípios		253

Porte * q83 O diagnóstico socioterritorial do município possui:

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
Quantidade de famílias vulneráveis no território	85,7%	74,4%	72,7%	86,8%	100,0%
Perfil da população (composição etária, perfil socioeconômico, etc.)	93,5%	82,1%	68,2%	84,2%	100,0%
Indicadores relativos à demanda da população aos serviços socioassistenciais	73,4%	56,4%	59,1%	81,6%	50,0%
Mapeamento das unidades de atendimento socioassistencial	60,4%	79,5%	86,4%	97,4%	100,0%
Mapeamento de unidades de outras políticas públicas	51,3%	64,1%	54,5%	76,3%	100,0%
Informações sobre o território de abrangência dos CRAS	74,7%	84,6%	81,8%	89,5%	100,0%

q84 O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa que aponte o número de pessoas em situação de rua no município?

	Quantidade	%
Não	408	63,8
Sim	231	36,2
Total	639	100,0

Porte * q84 O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa que aponte o número de pessoas em situação de rua no município?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	77,3%	22,7%	100,0%
Pequeno II	53,3%	46,7%	100,0%
Médio	34,0%	66,0%	100,0%
Grande	29,2%	70,8%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	100,0%
Estado de São Paulo	63,8%	36,2%	100,0%

Porte * q85 Caso sim, quantas pessoas?

	Soma
Pequeno I	276
Pequeno II	821
Médio	1.619
Grande	7.824
Metrópole	16.763
Total	27.303

D_85 - Pessoas em Situação de Rua

	Quantidade de Municípios	%
Zero	51	22,1
Até 5	49	21,2
6 a 10	24	10,4
11 a 50	50	21,6
51 a 200	44	19,0
201 a 500	8	3,5
501 a 1.000	5	2,2
Total	231	100,0

Porte * D_85 - Pessoas em Situação de Rua

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole	Estado de São Paulo
Zero	53,3%	5,4%	0,0%	0,0%	0,0%	22,1%
Até 5	36,7%	28,6%	0,0%	0,0%	0,0%	21,2%
6 a 10	5,6%	26,8%	9,7%	2,0%	0,0%	10,4%
11 a 50	3,3%	35,7%	61,3%	15,7%	0,0%	21,6%
51 a 200	1,1%	3,6%	22,6%	66,7%	0,0%	19,0%
201 a 500	0,0%	0,0%	6,5%	9,8%	33,3%	3,5%
501 a 1.000	0,0%	0,0%	0,0%	5,9%	66,7%	2,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

q86 Em que ano foi realizado o levantamento ou pesquisa (pop rua)?

	Quantidade de Municípios	%
2012	5	2,2
2013	13	5,6
2014	54	23,4
2015	159	68,8
Total	231	100,0

q87 Como foi realizado este levantamento ou pesquisa (pop rua)?

	Quantidade de Municípios	%
O levantamento foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou de outra unidade do poder público municipal	211	91,3
O órgão gestor e/ou outra unidade do poder público municipal contratou instituição para este fim	5	2,2
O órgão gestor obteve esta informação através de levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição	15	6,5
Total	231	100,0

q88 O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa que aponte a existência de locais de exploração sexual de crianças e adolescentes no município?

	Quantidade	%
Não	586	91,7
Sim	53	8,3
Total	639	100,0

Porte * q88 O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa que aponte a existência de locais de exploração sexual de crianças e adolescentes no município?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	92,4%	7,6%	100,0%
Pequeno II	94,2%	5,8%	100,0%
Médio	87,2%	12,8%	100,0%
Grande	87,5%	12,5%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	100,0%
Estado de São Paulo	91,7%	8,3%	100,0%

q89 Como foi realizado este levantamento ou pesquisa (exploração sexual)?

	Quantidade de Municípios	%
O levantamento foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou de outra unidade do poder público municipal	46	86,8
O órgão gestor e/ou outra unidade do poder público municipal contratou instituição para este fim	2	3,8
O órgão gestor obteve esta informação através de levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição	5	9,4
Total	53	100,0

q90 O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa sobre a incidência de Trabalho Infantil no município?

	Quantidade	%
Não	528	82,6
Sim	111	17,4
Total	639	100,0

Porte * q90 O órgão gestor possui levantamento ou pesquisa sobre a incidência de Trabalho Infantil no município?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	84,4%	15,6%	100,0%
Pequeno II	89,2%	10,8%	100,0%
Médio	87,2%	12,8%	100,0%
Grande	59,7%	40,3%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	100,0%
Estado de São Paulo	82,6%	17,4%	100,0%

q91 Como foi realizado este levantamento ou pesquisa (trab infantil)?

	Quantidade de Municípios	%
O levantamento foi realizado pela equipe do próprio órgão gestor ou de outra unidade do poder público municipal	79	71,2
O órgão gestor e/ou outra unidade do poder público municipal contratou instituição para este fim	4	3,6
O órgão gestor obteve esta informação através de levantamento ou pesquisa já realizada por outra instituição	28	25,2
Total	111	100,0

q92 Quais as estratégias de busca ativa são realizadas pelo órgão gestor?

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Elaboração de informações territorializadas (listagens) das famílias do CadÚnico	514	80,4%	125	19,6%
Elaboração de informações territorializadas (listagens) dos beneficiários do Programa Bolsa Família	529	82,8%	110	17,2%
Elaboração de informações territorializadas (listagens) dos beneficiários em situação de descumprimento de condicionalidades	510	79,8%	129	20,2%
Elaboração de informações territorializadas (listagens) dos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada	445	69,6%	194	30,4%
Estratégias de mobilização como distribuição de panfletos, colagem de cartazes, envio de correspondência, utilização de carros de som, entre outros	329	51,5%	310	48,5%
Apoio aos serviços socioassistenciais no planejamento da realização de visitas técnicas	428	67,0%	211	33,0%
Outras	32	5,0%	607	95,0%

q93 Nos últimos 12 meses, o órgão gestor promoveu reunião/capacitação com os técnicos dos CRAS e CREAS para implantação do Prontuário SUAS?

	Quantidade	%
Não	371	58,1
Sim	268	41,9
Total	639	100,0

Porte * q93 Nos últimos 12 meses, o órgão gestor promoveu reunião/capacitação com os técnicos dos CRAS e CREAS para implantação do Prontuário SUAS?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	57,2%	42,8%	100,0%
Pequeno II	65,8%	34,2%	100,0%
Médio	51,1%	48,9%	100,0%
Grande	54,2%	45,8%	100,0%
Metrópole	66,7%	33,3%	100,0%
Estado de São Paulo	58,1%	41,9%	100,0%

q94 O município possui definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos?

	Quantidade	%
Sim, sendo que o órgão gestor da Assistência Social é responsável pelo processo	92	14,4
Sim, a Assistência Social notifica, mas outra política pública é o responsável pelo processo	92	14,4
Sim, mas as unidades de Assistência Social não notificam	38	5,9
Não possui	417	65,3
Total	639	100,0

Porte * q94 O município possui definição de instrumentos e fluxos de Notificação Compulsória das situações de violência e violação de direitos atendidos?

	Sim, sendo que o órgão gestor da Assistência Social é responsável pelo processo	Sim, a Assistência Social notifica, mas outra política pública é o responsável pelo processo	Sim, mas as unidades de Assistência Social não notificam	Não possui	Total
Pequeno I	13,6%	9,1%	6,5%	70,8%	100,0%
Pequeno II	18,3%	13,3%	0,8%	67,5%	100,0%
Médio	17,0%	31,9%	8,5%	42,6%	100,0%
Grande	11,1%	30,6%	9,7%	48,6%	100,0%
Metrópole	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
Estado de São Paulo	14,4%	14,4%	5,9%	65,3%	100,0%

q95 O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social?

	Frequência	Porcentagem válida
Não	471	73,7
Sim	168	26,3
Total	639	100,0

Porte * q95 O órgão gestor utiliza sistema de informação próprio para gerenciar a política de Assistência Social?

	Não	Sim	Total
Pequeno I	79,8%	20,2%	100,0%
Pequeno II	63,3%	36,7%	100,0%
Médio	76,6%	23,4%	100,0%
Grande	56,9%	43,1%	100,0%
Metrópole	33,3%	66,7%	100,0%
Estado de São Paulo	73,7%	26,3%	100,0%

q96 O(s) sistema(s) utilizado(s) permite(m):

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Registrar repasses de recursos para entidades	41	23,8%	131	76,2%
Registrar prestação de contas das entidades	29	16,9%	143	83,1%
Registrar execução física/atendimentos	135	78,5%	37	21,5%
Registrar unidades da rede socioassistencial pública	78	45,3%	94	54,7%
Registrar unidades da rede socioassistencial privada	52	30,2%	120	69,8%
Elaborar e armazenar Prontuário Eletrônico dos usuários dos Serviços Socioassistenciais	128	74,4%	44	25,6%
Outros	24	14,0%	148	86,0%

Nota: A soma das colunas "Sim" e "Não" é superior ao total de municípios que informaram possuir diagnóstico tendo em vista que 4 municípios, apesar de informarem não dispor de sistema de informação próprio, responderam "Não" a todas as opções da presente questão.

q97 O órgão gestor realiza as seguintes atividades de monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial

	Sim		Não	
	Quantidade	% da linha	Quantidade	% da linha
Realiza visitas técnicas à rede socioassistencial	564	88,3%	75	11,7%
Realiza a gestão/validação das informações prestadas sobre as unidades	561	87,8%	78	12,2%
Possui instrumentos de coleta de dados próprios para levantamento de informações junto aos serviços	256	40,1%	383	59,9%
Produção de Indicadores próprios para aferição volume e qualidade dos serviços socioassistenciais	123	19,2%	516	80,8%

Porte * q97 O órgão gestor realiza as seguintes atividades de monitoramento da qualidade dos serviços prestados pela rede socioassistencial

	Pequeno I	Pequeno II	Médio	Grande	Metrópole
Realiza visitas técnicas à rede socioassistencial	86,4%	90,8%	89,4%	93,1%	100,0%
Realiza a gestão/validação das informações prestadas sobre as unidades	84,6%	90,8%	93,6%	95,8%	100,0%
Possui instrumentos de coleta de dados próprios para levantamento de informações junto aos serviços	34,3%	36,7%	46,8%	70,8%	100,0%
Produção de Indicadores próprios para aferição volume e qualidade dos serviços socioassistenciais	17,9%	16,7%	19,1%	27,8%	100,0%

ANEXO B – TABELAS GESTÃO ESTADUAL

Este anexo tem por finalidade apresentar tabelas com os dados agregados do Censo SUAS 2015 - Questionário Gestão Estadual para o estado de São Paulo, elaboradas a partir das bases fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Estrutura administrativa

q1_De acordo com a estrutura administrativa do estado, a Secretaria Estadual da Assistência Social caracteriza-se como:	Secretaria estadual em conjunto com outras políticas setoriais.
q2_A secretaria ou setor da assistência social está associada ou subordinada a alguma das áreas abaixo?	Sim, Política sobre Drogas.

Áreas constituídas como subdivisões administrativas (departamentos, coordenações) na estrutura do órgão gestor

q3_1_Proteção Social Básica	Sim, de maneira informal
q3_2_Proteção Social Especial	Sim, de maneira informal
q3_3_Gestão de Benefícios Assistenciais (Bolsa Família, BPC, Benefícios Eventuais)	Não constituída
q3_4_Gestão do SUAS	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
q3_5_Vigilância Socioassistencial (inclusive áreas de monitoramento e avaliação)	Sim, na estrutura formal do órgão gestor
q3_6_Gestão do Trabalho	Não constituída
q3_7_Regulação do Suas	Não constituída
q3_8_Gestão Financeira e Orçamentária	Sim, na estrutura formal do órgão gestor

GESTÃO DO SUAS

Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS)

q4_ Existe Lei Estadual de regulamentação do Sistema Único da Assistência Social ? SUAS?	Não
q8_ Existe Projeto de Lei para regulamentação do Sistema Único da Assistência Social no Estado?	Sim, em elaboração pela SEDS

Nota: q5, q6 e q7 não se aplicam quando a resposta da q4 é negativa.

Plano Estadual de Assistência Social (PEAS)

q9_ O Estado possui Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) aprovado pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS)?	Sim
q10_ Com que frequência o Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) é atualizado?	De quatro em quatro anos
q11_ Em que ano ocorreu a última atualização do Plano Estadual de Assistência Social (PEAS) com a respectiva aprovação pelo CEAS?	2015

q13_ Quantidade de trabalhadores lotados na sede da Secretaria Estadual de Assistência Social, por vínculo e escolaridade

Formação	Estatutários	Empregados Públicos Celetistas	Somente Comissionados	Outros vínculos	Total
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade	Quantidade
Ensino Fundamental	0	0	0	0	0
Ensino Médio	145	0	55	0	200
Ensino Superior	262	0	242	0	504
Total	407	0	297	0	704

Nota: todos os trabalhadores são UF SP

q14_ Quantidade de profissionais, de nível superior, segundo a área de formação

	Quantidade	%
q14a_ Assistente Social	50	27,5
q14b_ Psicólogo(a)	60	33,0
q14c_ Pedagogo(a)	20	11,0
q14d_ Advogado(a)	10	5,5
q14e_ Musicoterapeuta	0	0,0
q14f_ Antropólogo(a)	5	2,7
q14g_ Sociólogo(a)	30	16,5
q14h_ Terapeuta Ocupacional	0	0,0
q14i_ Contador(a)	0	0,0
q14j_ Administrador(a)	5	2,7
q14k_ Economista	2	1,1
q14l_ Economista Doméstico	0	0,0
q14m_ Estatístico	0	0,0
Total:	182	100,0

Concurso Público

q_15: não houve realização de concurso público em 2014 para contratação de trabalhadores em nível médio ou em nível superior.

Plano Estadual de Capacitação

q16_A Secretaria Estadual de Assistência Social tem Plano Estadual de Capacitação? Sim

q17_Qual a data da última atualização do Plano Estadual de Capacitação? 03/09/2014

Acesso a cursos de capacitação

		Total de capacitados
q18 a1_Capacitação presencial para os trabalhadores estaduais da assistência social	Sim	277
q18 b1_Capacitação à distância para os trabalhadores estaduais da assistência social	Sim	1.600
q18 c1_Capacitação presencial para os trabalhadores municipais da assistência social	Sim	1.107
q18 d1_Capacitação à distância para os trabalhadores municipais da assistência social	Sim	16.967
Total de capacitados:		19.951

Promoção de cursos de capacitação

		Quantidade
q18a3_1_Gestor Estadual	Sim	1
q18a3_2_Gestor Federal	Sim	0
q18b3_1_Gestor Estadual	Sim	1
q18b3_2_Gestor Federal	Sim	0
q18c3_1_Gestor Estadual	Sim	1
q18c3_2_Gestor Federal	Sim	0
q18d3_1_Gestor Estadual	Sim	1
q18d3_2_Gestor Federal	Sim	0

APOIO TÉCNICO

Atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios

q19_O planejamento de apoio técnico aos municípios foi pactuado na CIB? Sim

As atividades de assessoramento e apoio técnico aos municípios são planejadas

q20_1_As demandas mais incidentes entre os municípios	Sim
q20_2_As metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS	Sim
q20_3_Temas ou prioridades pactuadas na CIB	Sim
q20_4_ Outro	Por solicitação das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social - DRADS

O apoio técnico aos municípios inclui

q21_1_Produção e distribuição de material técnico	Sim
q21_2_Elaboração, pelo Estado, de normativas e instruções operacionais para orientação dos municípios	Sim
q21_3_Capacitações presenciais	Sim
q21_4_Capacitações à distância	Sim
q21_5_Assessoramento técnico de forma presencial no município	Sim
q21_6_Assessoramento técnico à distância	Sim
q21_7_Outras formas	Sim, monitoramento/ videoconferências

Apoio técnico realizado pelo Estado aos municípios, por área e frequência**q23_ Com que frequência os itens abaixo são objeto do apoio técnico realizado pelo Estado aos municípios?**

q23_1_Adequação da estrutura organizacional da Secretaria (regimento, organograma, etc.)	Frequentemente
q23_2_Elaboração do Plano Municipal de Assistência Social	Muito Frequentemente
q23_3_Elaboração de Relatório de Gestão	Frequentemente
q23_4_Gestão do Fundo Municipal de Assistência Social	Raramente
q23_5_Fortalecimento da Intersetorialidade na gestão dos serviços, benefícios e programas da assistência social	Frequentemente
q23_6_Fortalecimento do Conselho Municipal	Frequentemente
q23_7_Integração dos Serviços e Benefícios	Muito Frequentemente
q23_8_Implantação dos serviços socioassistenciais	Muito Frequentemente
q23_9_Gestão dos serviços socioassistenciais	Muito Frequentemente
q23_10_Metodologias de trabalho social com famílias	Frequentemente
q23_11_Regulamentação dos benefícios eventuais	Raramente
q23_12_Gestão de benefícios eventuais	Raramente

Continua

Continuação

q23_13_Implementação de ações relativas ao Benefício de Prestação Continuada (BPC)	Frequentemente
q23_14_Gestão do Cadastro Único de Programas Sociais - CadÚnico	Frequentemente
q23_15_Gestão do Programa Bolsa Família	Muito Frequentemente
q23_16_Gestão do trabalho	Raramente
q23_17_Metodologias de monitoramento e avaliação	Frequentemente
q23_18_Implantação da Vigilância Socioassistencial	Frequentemente
q23_19_Apoio aos municípios para construção do Plano de Providências	Muito Frequentemente
q23_20_Implantação do Prontuário SUAS	Frequentemente
q23_21_Apoio aos municípios para alcance das metas do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS	Frequentemente
q23_22_Ações da Assistência Social para lidar com situações de emergência e calamidade pública	Frequentemente
q23_23_Monitoramento das ações estratégicas de Erradicação do Trabalho Infantil	Muito Frequentemente
q23_24_Outros	Nunca

GESTÃO FINANCEIRA

Informações do FEAS

q24_O FEAS é uma unidade orçamentária?	Sim
q25_Quantidade de profissionais exclusivos que trabalham no Fundo Estadual de Assistência Social - Profissionais de nível superior e nível médio	0
q26_Os contadores responsáveis pelas contas do FEAS estão lotados:	No órgão gestor da Assistência Social
q27_Os recursos aplicados na Assistência Social no estado são alocados na unidade Orçamentária do Fundo Estadual de Assistência Social?	Sim, a totalidade dos recursos próprios é registrada no FEAS
q28_O ordenador de despesa do FEAS é?	Outro Funcionário da Secretaria de Assistência Social
q29_Quais são as principais dificuldades enfrentadas em relação à gestão dos recursos do FEAS?	Ausência de estrutura física para o FEAS

Prestação de Contas

q30_No ano de 2014, com que frequência o Órgão Gestor Estadual apresentou ao Conselho Estadual de Assistência Social relatório de execução física e financeira das ações de assistência social:	Bimestralmente

APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

q31a_Valor alocado referente aos recursos próprios do estado (exceto repasses e transferências a municípios) 2013	R\$ 287.681.280,00
q31a_Valor alocado referente aos recursos próprios do estado (exceto repasses e transferências a municípios) 2014	R\$ 320.843.066,00

Cofinanciamento e repasse fundo a fundo

q32_O estado realiza algum cofinanciamento aos municípios?	Sim, ambos (fundo-a-fundo e por convênio)
q33_ Existe Decreto ou Lei estadual que regulamenta o repasse fundo-a-fundo?	Sim
q34_ Como é organizado o cofinanciamento fundo-a-fundo para os serviços socioassistenciais?	O cofinanciamento é realizado por nível de proteção (PSB/PSE - Média ou Alta complexidade)
q35_ É permitida a reprogramação do cofinanciamento estadual fundo-a-fundo, por parte dos municípios, dos recursos não utilizados no exercício?	Sim
q36_ Com que frequência, geralmente, é feito o repasse fundo-a-fundo?	Mensalmente

Questão 37_ O cofinanciamento realizado é destinado a

q37_1_ Serviço de Proteção Social Básica	Sim
q37_2_ Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade	Sim
q37_3_ Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade	Sim
q37_4_ Benefícios Eventuais	Não
q37_5_ Incentivo financeiro para gestão do SUAS	Não

q38_ O cofinanciamento realizado permite pagamento de pessoal (recursos humanos)?	Sim
q39_ No ano de 2014 o estado construiu ou financiou a construção e/ou reforma de unidades municipais da Assistência Social (CRAS/CREAS/etc.)?	Não

q40_Quantidade total de municípios cofinanciados pelo Estado, destinado a Serviços Socioassistenciais, por tipo de cofinanciamento e tipo de serviço - Total BRASIL

Quantidade de municípios cofinanciados	645
Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	645
Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	0
Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento do Estado, para serviços de Proteção Social Básica, por tipo de cofinanciamento	638
Cofinanciamento para Proteção Social Básica - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	638
Cofinanciamento para Proteção Social Básica - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	0
Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento do Estado, para serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade, por tipo de cofinanciamento	314
Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	314
Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Média Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	0
Quantidade de municípios que recebem cofinanciamento do Estado, para serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, por tipo de cofinanciamento - Total BRASIL	332
Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual fundo-a-fundo	332
Cofinanciamento para Proteção Social Especial de Alta Complexidade - Quantidade de municípios que possuem cofinanciamento estadual por meio de convênio	0

q41_Quantidade de municípios cofinanciados pelo Estado, destinado a Benefícios Eventuais, por tipo de cofinanciamento e tipo de benefício - Total BRASIL

q41_1_Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual (fundo-a-fundo e/ou convênio) destinado aos Benefícios Eventuais	0
q41_2_Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual fundo-a-fundo destinado aos Benefícios Eventuais	0
q41_3_Quantidade total de municípios com cofinanciamento estadual por meio de convênio destinado aos Benefícios Eventuais	0
q41a_1_Auxílio Funeral (convênio e/ou fundo-a-fundo)	0
q41a_2_Auxílio Funeral (cofinanciamento estadual fundo-a-fundo)	0
q41a_3_Auxílio Funeral (convênio)	0
q41b_1_Auxílio Natalidade (fundo-a-fundo e/ou convênio)	0
q41b_2_Auxílio Natalidade - (fundo-a-fundo)	0
q41b_3_Auxílio Natalidade - (convênio)	0
q41c_1_Outros - (fundo e/ou convênio)	0
q41c_2_Outros - (fundo-a-fundo)	0
q41c_3_Outros - (convênio)	0

q42_Total de recursos próprios repassados aos municípios em 2013 e 2014 por UF

Valor repassado aos municípios na modalidade fundo a fundo - 2013	R\$ 183.180.155,61
Valor repassado aos municípios na modalidade convênio - 2013	R\$ 22.227.000,00
Valor repassado aos municípios na modalidade fundo a fundo - 2014	R\$ 215.649.114,66
Valor repassado aos municípios na modalidade convênio - 2014	R\$ 28.980.998,58

Execução direta de serviços de proteção social pelo Estado

q43_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço Socioassistencial da Proteção Social Básica?	Não
q45_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço da proteção social especial de média complexidade?	Não
q47_A Secretaria Estadual de Assistência Social executa diretamente algum serviço de proteção especial de alta complexidade?	Não

Unidade de Acolhimento Institucional para crianças

q48a_1_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para crianças e adolescentes - Pequeno Porte I	Sim
q48a_2_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para crianças e adolescentes - Pequeno Porte II	Sim
q48c_1_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para pessoas em situação de rua - Pequeno Porte I	Sim
q48c_2_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para pessoas em situação de rua - Pequeno Porte II	Sim
q48d_1_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para pessoas com deficiência - Pequeno Porte I	Sim
q48d_2_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para pessoas com deficiência - Pequeno Porte II	Sim
q48e_1_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para mulheres vítimas de violência - Pequeno Porte I	Sim
q48e_2_Unidades de Acolhimento Institucional (Abrigos) Para mulheres vítimas de violência - Pequeno Porte II	Sim
q48f_1_Unidades de Acolhimento em República - Para jovens (maiores de 18 anos) - Pequeno Porte I	Sim
q48f_2_Unidades de Acolhimento em República - Para jovens (maiores de 18 anos) - Pequeno Porte II	Sim
q48g_1_Unidades de Acolhimento em República - Para adultos em processo de saída das ruas - Pequeno Porte I	Sim
q48g_2_Unidades de Acolhimento em República - Para adultos em processo de saída das ruas - Pequeno Porte II	Sim
q48h_1_Unidades de Acolhimento em República - Para Idosos - Pequeno Porte I	Sim
q48h_2_Unidades de Acolhimento em República - Para Idosos - Pequeno Porte II	Sim
q48i_1_Família Acolhedora - Pequeno Porte I	Sim
q48i_2_Família Acolhedora - Pequeno Porte II	Sim

q49_A Secretaria Estadual de Assistência Social possui convênios com entidades para prestação de serviços socioassistenciais?	Sim, para serviços de proteção social especial de alta complexidade

Das entidades que recebem recurso da Secretaria por convênio, indique a quantidade por nível de proteção do serviço ofertado

q51_1_Entidades que prestam serviços de proteção social básica	0
q51_2_Entidades que prestam serviços de proteção social especial de média complexidade	0
q51_3_Entidades que prestam serviços de proteção social especial de alta complexidade	10

Trabalho Infantil

q52_Nos últimos 12 meses o Estado realizou campanhas ou mobilização para enfrentamento do Trabalho Infantil?	Sim

REGIONALIZAÇÃO

Diagnóstico e plano/proposta de regionalização

q53_A Secretaria de Estado da Assistência Social possui estudo/diagnóstico sobre o volume e localização da oferta dos serviços de proteção social especial no estado?	Sim, possui estudo/diagnóstico sobre a oferta dos serviços de média e alta complexidade no estado

q54_A Secretaria de Estado da Assistência Social possui diagnóstico da incidência das situações de risco e violações de direito existentes no estado?	Não
q55_Atualmente está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social de média complexidade?	Não
q58_Atualmente, está em funcionamento no estado algum serviço/unidade de caráter REGIONAL de proteção social especial de alta complexidade?	Não
q61_O Governo do Estado possui algum Programa PRÓPRIO de Transferência de Renda (transferência de recursos estaduais de forma constante a um público específico)?	Sim
q62_O Programa próprio de transferência de renda do estado está sob gestão do órgão gestor da assistência social?	Sim
q63_Existente lei estadual que regulamenta o programa de transferência de renda do estado?	Não
q64_O pagamento do benefício do programa próprio de transferência de renda do estado é atrelado ao Programa Bolsa Família?	Não
q65_O estado realiza concessão de Benefícios Eventuais da assistência social?	Não

q67_Indique as atividades realizadas pela Secretaria no âmbito do Monitoramento, Avaliação e Vigilância Socioassistencial?

q67_1_Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da oferta de serviços socioassistenciais	Sim
q67_2_Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas ao volume da demanda por serviços socioassistenciais	Sim
q67_3_Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à cobertura dos serviços socioassistenciais	Sim
q67_6_Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas à incidência de situações de risco e violação de direitos	Sim
q67_8_Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de dados do CadÚnico	Sim
q67_9_Produção de indicadores ou análises quantitativas relativas a vulnerabilidades a partir de outras fontes (IBGE, etc.)	Sim
q67_10_Realização de avaliações de projetos, programas e serviços socioassistenciais	Sim
q67_11_Realização de análise dos dados do Censo SUAS	Sim
q67_13_Concepção de sistemas de informação	Sim
q67_14_Desenvolvimento de sistemas de informação	Sim
q67_15_Identificação de problemas com base em análise de dados	Sim
q67_16_Identificação de prioridades com base em análise de dados	Sim
q67_17_Levantamento de informações municipais sobre a gestão e oferta dos serviços socioassistenciais	Sim
q67_18_Desenvolvimento de instrumentos de coleta de dados para levantamento de informações junto aos municípios	Sim
q67_19_Apoio aos municípios para preenchimento do Censo SUAS	Sim
q67_20_Apoio aos municípios para preenchimento do Registro Mensal de Atendimentos dos CRAS, CREAS e Centro POP	Sim
q67_22_Apoio aos municípios para implantação de ações de monitoramento, avaliação e vigilância Socioassistencial no nível municipal	Sim
q67_23_Elaboração ou atualização do diagnóstico Socioterritorial do estado	Sim
q67_99_Outros	Disponibilização de dados consolidados sobre a Assistência Social no Estado de São Paulo (Painel Social).

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

q68_O estado possui profissional(s) exclusivamente dedicado(s) às atividades de Vigilância Socioassistencial?	Sim, 19 (nível superior)

Quanto à disseminação das informações produzidas pela área de Vigilância Socioassistencial, indique os órgãos e unidades para os quais os documentos, relatórios e indicadores são disponibilizados

q70_1_Para outros setores da Secretaria	Sim
q70_2_Para outros setores do Governo Estadual	Sim
q70_3_Para os técnico/gestores municipais	Sim
q70_4_Para a rede Socioassistencial	Sim
q70_5_Para o Conselho Estadual	Sim
q70_6_Para os Conselhos Municipais	Sim
q70_7_Para a Comissão Intergestores Bipartite (CIB)	Sim

Ações de Monitoramento

q71_A Secretaria possui planejamento anual das atividades de Monitoramento?	Sim
q72_Em que proporção as ações de monitoramento são executadas a partir de Resoluções da Comissão Intergestores Tripartite (CIT)?	Frequentemente
q73_A Secretaria utiliza sistemas de informação informatizados para gerenciar a política de Assistência Social no estado?	Sim

Questão 74_os sistemas utilizados permitem:

q74_1_Registrar situações de violação de direitos	Não
q74_2_Registrar repasses de recursos	Sim
q74_4_Registrar execução física/atendimentos	Não
q74_5_Registrar unidades da rede Socioassistencial pública	Sim
q74_6_Registrar unidades da rede Socioassistencial privada	Sim
q74_7_Automatizar a transferência fundo-a-fundo	Sim
q74_8_Gerir o orçamento	Sim
q74_99_Outros	Sim. Cadastro e acompanhamento de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

APOIO AO EXERCÍCIO DA PARTICIPAÇÃO E DO CONTROLE SOCIAL

Relação do Estado com o Conselho Estadual de Assistência Social

q75_O orçamento da assistência social no Estado prevê recursos específicos para o CEAS (ou CAS/DF)	Sim
q76_A Secretaria disponibiliza e mantém local específico para o funcionamento do CEAS (ou CAS/DF)?	Sim
q77_A Secretaria fornece regularmente material de consumo para o CEAS (ou CAS/DF)?	Sim
q78_A Secretaria disponibiliza trabalhadores para a Secretaria Executiva do CEAS (ou CAS/DF)?	Sim, cinco.
q80_A Secretaria fornece ajuda de custo (passagens e diárias) para os conselheiros participarem das reuniões do CEAS (ou CAS/DF) e das Conferências Estaduais?	Sim, para ambas.

Realização de Cursos de Capacitação, em 2014, para Conselheiros estaduais ou municipais da assistência social

q81a_Capacitação presencial para os conselheiros estaduais.	Não
q81c_Capacitação presencial para os conselheiros municipais.	Sim, 1096 capacitados.
q81d_Capacitação à distância para os conselheiros municipais.	Sim

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE (CIB)

Questão 82_Indique qual a composição da CIB de acordo com a representação do porte dos municípios e representação estadual

	Quantidade de titulares	Quantidade de Suplentes
q82a_Representantes da Gestão Estadual	6	6
q82b_Representantes de Municípios de Pequeno Porte I	2	2
q82c_Representantes de Municípios de Pequeno Porte II	1	1
q82d_Representantes de Municípios de Médio Porte	1	1
q82e_Representantes de Municípios de Grande Porte	1	1
q82f_Representantes de Municípios de Metrôpoles/capitais	1	1

Representação da Comissão Intergestores Bipartite (CIB)

q83_ Existe algum critério de representação regional na CIB?	Sim
q84_ Se sim, há rotatividade na representação por região do Estado?	Sim
q85_ Os gestores municipais foram indicados pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social (COEGEMAS ou similar)?	Sim
q86_ A CIB pactuou o calendário de reuniões ordinárias anual?	Sim

Questão 87_ Como o calendário de reuniões ordinárias é divulgado?

q87_1_ Divulgado entre os membros titulares e suplentes da CIB	Sim
q87_2_ Divulgado para todos os órgãos gestores	Sim
q87_3_ Divulgado para público mais amplo	Não

Reuniões da CIB

q88_ Com qual periodicidade a CIB se reuniu no ano de 2014?	Bimestralmente
q89_ Quantas reuniões a CIB realizou no ano de 2014?	5
q90_ Quantas reuniões descentralizadas a CIB realizou no ano de 2014?	0
q91_ Quantas reuniões a CIB realizou no 1º semestre de 2015?	4

Quais foram os temas de pactuação no 1o semestre de 2015?

q92_1_ Estratégias para a implantação, a operacionalização e o aprimoramento da Proteção Social Básica	1
q92_2_ Estratégias para a implantação, a operacionalização e o aprimoramento da Proteção Social Especial	1
q92_4_ Critérios de partilha e procedimentos de transferência de recursos	1
q92_5_ Planos de Providência e planos de apoio	1
q92_12_ Apoio Técnico para adequação dos CRAS conforme Resolução CIT nº 21/2013	1
q92_99_ Outros	1
Total	6

q92_Outro_Quais?

Habilitação em nível de gestão. Desenvolvimento e preenchimento do sistema dos planos municipais de assistência social do Estado de São Paulo.	1
Há representante do setor de Vigilância designado no estado?	Não

CENSO SUAS

GESTÃO ESTADUAL E MUNICIPAL - ESTADO DE SÃO PAULO

Coordenadoria de Gestão Estratégica - CGE

infosocial@sp.gov.br

